

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA  
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”  
FACULDADE DE CIÊNCIAS E LETRAS  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**



**LUCAS DE CAMPOS GOMES**

**As relações entre Brasil e Venezuela durante os governos de  
Lula e Chávez - 2003 a 2010**

**Araraquara**

**2012**

**LUCAS DE CAMPOS GOMES**

**As relações entre Brasil e Venezuela durante os governos de  
Lula e Chávez - 2003 a 2010**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)  
apresentado ao Departamento de Economia  
da Faculdade de Ciências e Letras –  
UNESP/Araraquara, como requisito para  
obtenção do título de Bacharel em Ciências  
Econômicas.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Santos

Banca: Prof. Dr. Luis Fernando Ayerbe

**Araraquara**

**2012**

*Aos meus irmãos Felipe, José e Luiza.*

## **AGRADECIMENTOS**

Ao meu orientador Prof. Dr. Marcelo Santos, por sua atenção e paciência;

À minha grande e maravilhosa família, pelo carinho e palavras de incentivo;

A todos os companheiros de jornada do saudoso Monte Castelo, onde se encontrava a maior quantidade de pessoas queridas por metro quadrado.

## **RESUMO**

Este trabalho estuda as relações político-econômicas entre Brasil e Venezuela de 2003 e 2010, durante os mandatos de Lula e Hugo Chávez. Depois de um panorama histórico da Venezuela mostrando as primeiras aproximações, expõe os projetos de cooperação, faz um levantamento e categorização dos Atos Internacionais assinados no período estudado. O aumento do volume do comércio internacional entre Brasil e Venezuela também é entendido como reflexo desse movimento de aproximação. Os resultados apontam perspectivas que podem contribuir na cooperação e comércio entre os dois países.

Palavras-chave: Relações Bilaterais. Venezuela. Hugo Chávez.

## **ABSTRACT**

This work examines the political-economic relations between Brazil and Venezuela from 2003 to 2010, during the mandates of Luiz Inácio Lula da Silva and Hugo Chavez Frías. After a historical overview of Venezuela, by showing the first approximations, it sets out the cooperation projects and makes a categorization and study of the International Acts signed during the studied period. The graphs and tables allowed a quantitative and qualitative analysis. The growth of the international trade is also considered and studied. The results show prospects that may contribute to cooperation and international trade between the two countries.

Keywords: Bilateral Relations. Venezuela. Hugo Chávez. Luiz Inácio Lula da Silva. International Relations.

## LISTA DE FIGURAS

**FIGURA 1 – Gráfico:** Evolução do destino das visitas presidenciais brasileiras, de 2003 a 2010.

**FIGURA 2 – Tabela:** Total de visitas internacionais do Sr. Presidente do Brasil, por país ou território, de 2002 a 2010.

**FIGURA 3 – Tabela:** Resumo estatístico dos lugares de origem dos Chefes de Estado que visitaram o Brasil, de 2003 a 2010.

**FIGURA 4 – Tabela:** Total de visitas de Chefes de Estado ao Brasil entre 2003 e 2010, separados por países e territórios.

**FIGURA 5 – Gráfico:** Total de Atos Internacionais celebrados entre o Brasil e a Venezuela, de 2003 a 2010.

**FIGURA 6 – Gráfico:** Total de Atos Internacionais entre o Brasil e a Venezuela celebrados por setor, entre 2003 e 2010.

**FIGURA 7 – Gráfico:** *Win Rate* dos Atos Internacionais entre o Brasil e a Venezuela divididos por setor (2003-2010).

**FIGURA 8 – Tabela:** Intercâmbio comercial Brasil-Venezuela, de 2003 a 2010.

**FIGURA 9 – Gráfico:** Evolução do intercâmbio comercial Brasil-Venezuela, de 2003 a 2010.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACE	Acordo Complementação Econômica
AD	<i>Acción Democrática</i>
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ALCSA	Área de Livre Comércio Sul-Americana
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
BCV	Banco Central Venezuelano
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento
CANTV	<i>Compañía Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela</i>
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CGPD	Cooperação Técnica Entre Países em Desenvolvimento
COPEI	<i>Comité de Organización Política Electoral Independiente</i>
COPRE	<i>Comisión Presidencial para La Reforma del Estado</i>
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FMI	Fundo Monetário Internacional
IIRSA	Integração da Infra Estrutura Regional da América do Sul
INIA	<i>Instituto Nacional de Investigaciones Agrícolas</i>
IPEA	Instituto de Pesquisas Aplicadas
MCTI	Ministério da Ciência e Tecnologia e Indústrias Intermediárias
MDIC	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OPEP	Organização dos Países Exportadores de Petróleo
OEA	Organização dos Estados Americanos
PDVSA	<i>Petroleos de Venezuela</i>



PEI	Política Externa Independente
PSCI	Programa de Substituição Competitiva de Importações
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos
SELA	Sistema Econômico Latino-Americano
TCA	Tratado de Cooperação Amazônica
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>1. CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO DAS RELAÇÕES BRASIL– VENEZUELA .....</b>	<b>6</b>
<b>2. AS RELAÇÕES BRASIL – VENEZUELA, ENTRE 2003 E 2010.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1 Iniciativas pontuais brasileiras .....</b>	<b>24</b>
2.1.1 Agência Brasileira de Cooperação .....	24
2.1.2 Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) .....	25
2.1.3 Caixa Econômica Federal.....	28
2.1.4 Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA).....	29
<b>2.2 Visitas de Chefes de Estado.....</b>	<b>30</b>
<b>2.3 Atos Internacionais .....</b>	<b>36</b>
2.3.1 Agricultura .....	40
2.3.2 Energia .....	40
2.3.3 Ciência e Tecnologia.....	42
2.3.4 Desenvolvimento Social.....	43
2.3.5 Saúde .....	44
2.3.6 Educação .....	45
<b>2.4 Relações Comerciais Brasil – Venezuela.....</b>	<b>45</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>53</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>56</b>

## INTRODUÇÃO

Desde o ano 2000, o Brasil vem se aproximando da Venezuela em diversos aspectos. Uma das causas possíveis para esse movimento de aproximação pode residir no conjunto de políticas de cooperação adotadas durante os dois mandatos do ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), período no qual se intensificaram as relações político-econômicas com o país de Hugo Chávez. No entanto, primeiramente é preciso conhecer os antecedentes históricos das relações entre esses dois países.

Os primeiros sinais das parcerias entre o Brasil e a Venezuela – sem considerar as relações estritamente burocráticas de definição de fronteiras – datam do final da década de 1960. Foi durante o governo de Rafael Caldera<sup>1</sup> que surgiram os primeiros indícios de uma mudança nas relações bilaterais entre os dois países, nos âmbitos da política, economia e diplomacia. O estímulo ao desenvolvimento da área fronteira sul daquele país foi posto como prioridade para os chefes de governo, transformando em realidade o projeto de construção da conexão terrestre ligando Santa Elena de Uairen a Boa Vista.

Uma década depois, já em 1977, o sucessor venezuelano Carlos Andrés Pérez<sup>2</sup> foi responsável por outra iniciativa de aproximação com o Brasil, ao incentivar a assinatura de acordos bilaterais como o Convênio Básico de Cooperação Técnica e tornar-se o primeiro presidente daquele país a visitar o Brasil. O Tratado de Cooperação Amazônica<sup>3</sup> (TCA) foi, inclusive, colocado em pauta. Todavia, a imagem de ambição e expansionismo à qual a política externa brasileira estava associada não permitiu que estas relações diplomáticas se desenvolvessem.

Antes de prosseguir, é importante salientar um fato que condicionou o comportamento da diplomacia venezuelana: em 1958, entrava em vigor a Doutrina Betancourt. De caráter defensivo quanto à institucionalidade democrática interna, a Doutrina não permitia àquele país o reconhecimento de quaisquer governos que tivessem alcançado o poder através de golpes de Estado. Exercendo menor ou maior influência de

---

<sup>1</sup> Rafael Caldera foi presidente da Venezuela durante os anos de 1969 a 1974 e novamente de 1994 a 1999.

<sup>2</sup> Carlos Andrés Pérez Rodríguez foi presidente da Venezuela de 1974 a 1979 e também de 1989 a 1993. Isto é, imediatamente posterior à primeira gestão de Rafael Caldera e imediatamente anterior à segunda gestão de Caldera.

<sup>3</sup> O Tratado de Cooperação Amazônica foi celebrado em Brasília no dia 3 de julho de 1978 pelos mandatários da Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela e tem por objetivo promover o desenvolvimento harmonioso e integrado da Bacia Amazônica.

acordo com os chefes de Estado venezuelanos, a Doutrina pôde ser considerada um fator limitante nas relações bilaterais com o Brasil, visto que enfrentamos um governo militar no o período entre 1964 e 1985.

Ainda durante a década de 1970, impulsionado pela valorização do preço do petróleo pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a Venezuela desenvolveu-se economicamente e ganhou notoriedade no cenário internacional. O ponto alto desse período deu-se com a primeira gestão de Carlos Andrés Pérez, quando se promoveu a estatização de setores-chave da economia, como a do petróleo, aço e cobre. Foi também quando a Venezuela alavancou-se no cenário internacional, atuando tanto no plano mundial, através do Movimento dos Países Não Alinhados<sup>4</sup>, quanto no plano regional, com a criação do Sistema Econômico Latino-Americano<sup>5</sup> (SELA), com sede em Caracas. Seu objetivo era tornar-se uma potência na esfera sul-americana, estendendo sua influência na América Central e Caribe (VIZENTINI, 2003, p.63).

O período compreendido entre o final dos anos 1980 e início dos anos 1990 representou o início de um novo paradigma. Com a queda dos regimes socialistas do leste europeu e a redução do papel internacional da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), o sistema bipolar e a Guerra Fria chegaram ao fim e o neoliberalismo foi visto como a principal tendência da nova ordem mundial. Países do terceiro mundo, incluindo os sul-americanos, sentiram os reflexos das mudanças na geopolítica mundial e reviram suas políticas de inserção internacional. Desse modo, novos arranjos diplomáticos e econômicos internacionais influenciaram diretamente os dirigentes da Venezuela e do Brasil a tomarem medidas similares em termos de política externa (VIZENTINI, 2003, p. 60). Foi nesse contexto que Carlos Andrés Pérez, membro da *Acción Democrática*<sup>6</sup> (AD) assumiu pela segunda vez a presidência do país em 1993, com a promessa de reviver momentos do auge econômico do país que ele mesmo governara décadas antes (1974 - 1979). No poder, Pérez prometeu diminuir o protecionismo do Estado na economia e

---

<sup>4</sup> O Movimento dos Países Não Alinhados reunia 115 países em 2004. Na maioria, são nações em desenvolvimento, com o objetivo de criar um caminho independente no campo das relações internacionais que permita aos seus membros não se envolverem em confrontos entre as grandes potências. Teve início na Conferência Ásia - África realizada em Bandung, Indonésia, em 1955.

<sup>5</sup> SELA é um foro regional intergovernamental com sede em Caracas (Venezuela), composto por 26 países da América Latina, inclusive o Caribe. Foi criado através do Convênio Constitutivo do Panamá em 17 de outubro de 1975.

<sup>6</sup> AD é um partido político venezuelano de caráter socialdemocrata membro da Internacional Socialista, fundado em setembro de 1941.

tornar a Venezuela uma economia que respondesse mais aos estímulos do mercado. Elaborou um programa juntamente com o Fundo Monetário Internacional (FMI) que promoveria, entre outras medidas, o estímulo para a entrada de capitais estrangeiros e a diversificação da indústria nacional através de ajustes e medidas liberais na economia. Tais medidas influíram diretamente no comércio internacional e nas relações Venezuela - Brasil, que serão tratadas no decorrer dessa monografia.

Durante as gestões do ex-Presidente do Brasil Itamar Franco (1993-1994) e Rafael Caldera - empossado após o *impeachment* de seu antecessor Pérez -, essa relação ganhou novo impulso. O fim da ditadura militar, a volta de Caldera ao poder e suas implicações no panorama político regional, aliados às mudanças no cenário econômico internacional, mais uma vez favoreceram a aproximação entre os dois governos. Foi assinado o Protocolo de Guzmania em 1994, visando definir as diretrizes e fundamentos da nova cooperação econômica bilateral. Nesse documento, Itamar e Caldera discutiram temas de interesse nacional, regional e internacional, identificando desafios e implicações das novas conjunturas políticas que fossem relevantes para ambos os países. A respeito da tendência à aproximação da Venezuela com o Brasil a partir do governo de Caldera,

Uma diferença importante que deve ser destacada é que até 1994 predominou a orientação que se inclinava em direção ao Norte e a Oeste, através dos diversos acordos que ligaram a Venezuela com o México, a Colômbia, a América Central e o Caribe, ao passo que a partir de 1995, o olhar parece ter se voltado para o Leste e para o Sul, para o Brasil e para o MERCOSUL. (GIACALONE, 1997, p. 165)

Alguns anos depois, durante o primeiro mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2006), a formação de uma forte aliança estratégica entre os países era considerada prioridade de governo. A boa relação entre o Brasil e a Venezuela – que se mantém até hoje – pode ser evidenciada tanto pelas crescentes transações comerciais quanto nos Termos de Cooperação Técnica assinados nos últimos anos, nas mais diversas áreas. Nesse sentido, existem inúmeras iniciativas para que ambas as nações possam realizar intercâmbios de tecnologia e conhecimento rumo ao desenvolvimento social, econômico e cultural. Um bom exemplo são as entidades brasileiras lá instaladas. Em nenhum outro país do mundo tantas instituições públicas brasileiras encontram-se presentes. Possuem escritórios naquele país o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA), a Caixa Econômica Federal, a Petrobrás e o Banco do Brasil, apresentando esses dois últimos

interesses mais comerciais do que as demais. Observando pelo viés oposto, hoje o Brasil não abriga nenhuma instituição pública venezuelana, o que confere singularidade à relação.

A atual presidente do Brasil Dilma Rousseff (2011-2014) também salienta que a relação entre os dois países é importante, além do que tange ao comércio (Blog do Planalto, 2011). Hugo Chávez, presidente venezuelano, numa ação conjunta entre setor privado, governo, comunidades organizadas e nações irmãs, lançou um programa muito semelhante ao “Minha Casa, Minha Vida” do governo federal. Não só de modelo serviu o programa brasileiro. A Caixa Econômica Federal, dentro da cooperação técnica, enviou especialistas, investiu capital e mão-de-obra. Esse é apenas um exemplo do que pode ser percebido quanto à integração entre esses dois países. Além disso, com a assinatura da Aliança Estratégica<sup>7</sup> em 2005 e a sistematização de encontros bimestrais entre os presidentes a partir de 2007, os projetos de cooperação e integração foram bastante impulsionados.

Ao contrário do que possa parecer, nem sempre a cooperação é um caminho de mão dupla. A cooperação sul-sul que o Brasil possui com a Venezuela, por exemplo, tem se caracterizado por ser uma parceria desvinculada de interesses comerciais: não objetiva o lucro. Cabe ao país com maior experiência numa determinada área promover e auxiliar o desenvolvimento dessa área específica no país parceiro. Nesse sentido, o Brasil tem sido cada vez mais procurado para desenvolver cooperações. De acordo com a gerente da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Marcia Moreschi, o Brasil representa um referencial para os países da América do Sul, América Central, Caribe e África, uma vez que conhece soluções ou alternativas adequadas a nações em estágio de desenvolvimento semelhante. O *know-how* acumulado nas áreas de educação, saúde, agricultura, meio ambiente, desenvolvimento de micro e pequenas empresas e administração pública são os que despertam maior interesse nas parcerias de Cooperação Técnica Internacional (MORESCHI, 2004, p. 376).

Mas não é só no âmbito da cooperação que repousam as relações entre os dois países. Não obstante, a balança comercial Brasil – Venezuela tem obtido expressivos resultados nos últimos doze anos, indicando que as trocas comerciais cresceram exponencialmente, em volume e valores. Nos últimos nove anos, o aumento da corrente de

---

<sup>7</sup> A Aliança Estratégica foi um Ato Internacional assinado em fevereiro de 2005 entre Brasil e Venezuela que abrangeu projetos nas categorias: política, social, econômica, cultural, científico-tecnológica e militar.

comércio foi de 500%<sup>8</sup>. O saldo na balança comercial nacional frente à Venezuela ilustra bem esse processo: o Brasil saiu de um déficit em 1997 de US\$ 238 milhões (*free on board* – FOB<sup>9</sup>) e dez anos depois alcançou consideráveis US\$ 4 bilhões (FOB) (Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC). O resultado mostra-se favorável ao Brasil, que hoje é um dos três principais fornecedores daquele país. O volume de exportação brasileira para aquele país também cresceu consideravelmente. Em 1999, o Brasil exportava US\$ 536 milhões (FOB). Em 2010, esse valor subiu para aproximadamente US\$ 4 bilhões (FOB) (MDIC). Na pauta de exportação, os produtos mais comercializados são carne de frango e bovina e equipamentos de telecomunicações<sup>10</sup>.

---

<sup>8</sup> Porcentagem calculada com base em dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC).

<sup>9</sup> *Free-on-board*: modalidade de custos de exportações onde custos (seguro e frete) e responsabilidades são repassados ao importador.

<sup>10</sup> Na pauta de exportações de 2009, segundo o MDIC.

## 1. CONTEXTO POLÍTICO-ECONÔMICO DAS RELAÇÕES BRASIL–VENEZUELA

O presente trabalho procurará entender e analisar o cenário político - econômico da Venezuela, a partir do contexto histórico. Busca-se com isso localizar as particularidades desse país com o qual o Brasil mantém relações bilaterais desde a década de 1960. Tomou-se por base na construção deste capítulo os escritos de Furtado, Vellinga e de Vizentini<sup>11</sup> a respeito da realidade histórica Venezuelana.

Uma primeira questão refere-se à abundância de recursos vindos de impostos e da exportação petroleira que o Estado acumulou. Segundo Furtado (2008), a Venezuela pode ser considerada um caso de subdesenvolvimento com abundância de divisas. Isto significou, durante muitos anos, um intenso jogo de interesses entre os atores internos (representados pelo Estado) e as empresas multinacionais que extraíam e exportavam o petróleo. O aumento constante dos níveis de impostos cobrados a essas empresas permitiu que o Estado detivesse uma enorme quantidade de divisas, que depois eram repassadas por via de ações estatais aos diferentes agentes internos daquele país. Dessa forma, a diferença entre esse modo de Estado e o convencional, vivido por tantos outros países da América do Sul, que tinha sua lógica na extração de renda dos agentes internos para depois redistribuí-los, o Estado venezuelano era provedor exclusivo de renda petroleira a esses atores através do investimento em infraestrutura, promoção de serviços públicos e desenvolvimento na lógica do “*sembrar el petróleo*”<sup>12</sup>. Isso significa que a modernização e desenvolvimento do país eram totalmente dependentes do petróleo. Por um lado, a estratégia de industrialização por substituição de importações era financiada por créditos fáceis e protegida por medidas tarifárias criando um setor empresarial “moderno”. Por outro lado, totalmente dependente da proteção estatal (VELLINGA, 1997, p. 286). Nesse sentido, o Estado financiou diretamente a criação de indústrias de base, como siderurgias, petroquímicas e

---

<sup>11</sup> FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela**. Contraponto. São Paulo, 2008.

VELLINGA, Menno. **El Cambio del papel del Estado em America Latina**. Siglo XXI. Madrid, 1997.

VIZENTINI, Paulo. **A Política Externa da Venezuela in Venezuela, Visões Brasileiras**. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI. Rio de Janeiro, 2003.

<sup>12</sup> Em julho de 1936, Arturo Uslar Pietri publicou no jornal “*Ahora*” um artigo com este título que expunha a dependência econômica de seu país frente ao petróleo, afirmando que era necessário diversificar a indústria para prevenir o país de crises decorrentes dessa dependência. Em tradução livre do autor, *Sembrar el petroleo* significa “cultivar o petróleo”.



hidrelétricas. Também promoveu a mobilidade social, ao ampliar o acesso à educação e criar diferentes canais de mobilidade social. Com maior ou menor ênfase durante os governos, promoveu-se a modernização da agricultura, a urbanização e a organização da população em sindicatos e grêmios.

Paradoxalmente, a abundância de recursos provenientes do petróleo teve um papel não só de acelerador, mas também de freio para o desenvolvimento. Ao mesmo tempo em que a abundância do recurso permitia equipar o país com uma infraestrutura produtiva e de serviços moderna, produzia-se uma valorização crônica da moeda, que impulsionava as importações, provocando o surgimento de uma indústria altamente ineficaz em termos de custos, sobre protegida e incapaz de exportar. Tal parque industrial, por seu relativo alto nível tecnológico empregado, não era empregador de mão-de-obra. A agricultura perdeu sua rentabilidade e o êxodo rural fez com que surgisse uma massa desempregada, fazendo crescer o setor informal da economia.

Segundo Vellinga (1997, p.19), apesar dos esforços para desenvolver uma economia moderna e autossustentável, os resultados das políticas utilizadas entre as décadas de 1930 e 1980 mostraram o oposto; uma economia que deu certo (principalmente nas décadas de 1960 e 1970), com altas taxas de crescimento, mas extremamente dependente da produção do petróleo. O modelo de substituição de importações foi minando suas possibilidades de expansão e a baixa taxa de emprego da indústria tornou-se insuficiente para atender a demanda de emprego crescente. Os empresários dependiam das decisões do Estado (que fixava preços e protegia determinados setores) para tomar decisões de investimento e tornar rentáveis suas aplicações. Apesar dos esforços do Estado, as desigualdades seguiam altas.

Esse caráter deformado de desenvolvimento econômico fez com que o Estado assumisse um papel central: ao contrário de manter-se em segundo plano e deixar os atores interagirem entre si, a fim de tomarem decisões como em qualquer outra sociedade industrial moderna, o Estado continuou assumindo o papel de protetor e distribuidor em todos os setores.

A ação do Estado contribuiu para legitimar uma determinada ordem política, que foi chamada de sistema populista de reconciliação<sup>13</sup>. A luta pelo estabelecimento de instituições democráticas, entre avanços e retrocessos, culminou em 1958, com a formação de um governo de coalizão entre os três partidos principais. Nos anos seguintes, os

---

<sup>13</sup> REY, Juan Carlos. **El futuro de la democracia en Venezuela**. Ediciones IDEA. Caracas, 1989.

partidos se converteram em mediadores indispensáveis entre os agentes sociais. Os dois grandes partidos do centro, *Acción Democrática*<sup>14</sup> (AD) e o social cristão *Comité de Organización Política Electoral Independiente*<sup>15</sup> (COPEI), conseguiram, aos poucos, exercer uma influência sobre os sindicatos, organizações sociais e estabeleceram laços de cooperação com empresários, militares e inclusive com a Igreja Católica. Esse sistema de negociação e acordos permitiu atenuar os conflitos sociais mediante o estrito controle dos partidos sobre as camadas populares e sobre o intenso jogo de interesses entre setores públicos e privados (VELLINGA, 1997, p. 290).

Uma das prioridades de governo durante o regime implantado em 1958, denominado *Punto Fijo*<sup>16</sup>, foi a política social. Por um lado, esse direcionamento ocorreu por conta das estratégias políticas dos partidos. Por outro, foi também uma resposta às necessidades e carências reais sofridas pela população. As altas taxas de crescimento demográfico e de urbanização que o país acumulava nas últimas décadas estimularam uma demanda crescente de infraestrutura urbana, como água encanada, serviços sanitários, moradia, educação, saúde e transportes. As necessidades sempre insatisfeitas dos habitantes das cidades foram bem aproveitadas pelos partidos, como um meio de construir alianças estratégicas e conchavos. Quaisquer sinais de manifestações populares eram logo controlados por medidas repreensivas, mas também, com alguma frequência, pela distribuição de bens públicos e privados que o Estado possuía (CALCAÑO, 1997, p. 291).

Nos primeiros anos de regime democrático, os gastos sociais ocuparam um lugar importante na agenda governamental. Tal direcionamento era feito através do governo central, por meio dos ministérios da Educação e Saúde, e eram complementados pela administração descentralizada, que incluía um instituto para a construção de moradias populares (*El Banco Obrero*) entre outros, cujos objetivos eram a promover a nutrição, a proteção da infância e juventude e o incentivo à prática de esportes.

O setor social do Estado era também uma importante fonte de emprego público, sendo o setor de educação um dos maiores empregadores públicos, seguido pelos serviços

---

<sup>14</sup> Vide nota 6.

<sup>15</sup> COPEI é um partido político venezuelano de ideologia democrata cristã fundado em 1946 por Rafael Caldera.

<sup>16</sup> O Pacto de Punto Fijo foi um acordo entre os partidos políticos venezuelanos *Acción Democrática* (AD), *Comité de Organización Política Electoral Independiente* (COPEI) e *Unión Republicana Democrática* (URD), assinado em 31 de outubro de 1958, pouco tempo depois da queda do então presidente Marcos Pérez Jiménez e antes das eleições presidenciais daquele ano.

de saúde (CALCAÑO, 1997, p. 189). A entrada na área pública, em geral, estava diretamente relacionada à participação em algum dos partidos, que também controlavam os sindicatos de funcionários públicos. As políticas sociais funcionavam, portanto, com duas finalidades principais para os partidos; satisfazer, mesmo que parcialmente, as demandas da população; e empregar alta massa de partidários. Sobre o *Punto Fijo* segundo Villa temos:

A base material do Pacto *Punto Fijo* foi dada pela distribuição clientelista da renda petrolífera. A existência do petróleo condicionou a forma de intervenção do Estado na economia, e também a relação deste com o restante dos atores políticos, tais como partidos, sindicatos, forças armadas e setor privado. Todos estes setores foram subsidiados pelo Estado, fato este que inibiu qualquer possibilidade de crítica sobre as consequências futuras do modelo clientelista de conciliação então adotado. (VILLA apud ROMERO, 2005, p. 2)

Não obstante, os serviços públicos, que a princípio responderam adequadamente a uma parte das carências existentes, pouco a pouco foram perdendo sua eficiência. O predomínio da função clientelista e do controle essencialmente partidário sobre os serviços sociais, a corrupção dos agentes políticos e o baixo grau de controle por parte dos usuários sobre os serviços prestados foram deteriorando cada vez mais os serviços prestados à população. Conseqüentemente, a Venezuela passou a sofrer com índices de saúde e educação inferiores aos dos países vizinhos da América do Sul, ainda que seu gasto social real *per capita* se configurasse como um dos mais elevados da região<sup>17</sup>. Ao mesmo tempo que em que as políticas se tornavam mais e mais ineficientes, o gasto do governo com programas sociais crescia<sup>18</sup>. Esse crescimento, por muitos anos, fora financiado graças ao ingresso petrolífero, porém os ajustes requeridos a partir de 1982 -por conta da queda da produção petrolífera e pela carga da dívida externa -, começaram a pressionar para baixo o gasto social em termos reais. Isso agravou ainda mais os problemas do setor e essa situação fez germinar a ideia de uma reorganização completa, que permitiria racionalizar o gasto social e torná-lo mais eficiente. A *Comisión Presidencial para La Reforma del Estado* (COPRE), criada em 1984, elaborou diagnósticos e propostas para contornar esse quadro. Porém, somente a partir de 1989, como parte do programa de ajuste e reconstrução

---

<sup>17</sup> PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), 1994.

<sup>18</sup> CARTAYA, Vanessa. **Pobreza em Venezuela: realidade e políticas**. CESAP. Caracas, 1991.

batizado de “*El Gran Viraje*” do então presidente Carlos Andrés Perez, empreendeu-se de fato uma tentativa de redefinir radicalmente a política social do Estado venezuelano.

Nos meados de 1989, a situação da balança de pagamentos da Venezuela era crítica. As reservas internacionais haviam decaído a níveis mínimos, havia dificuldades de financiamento da dívida externa e o déficit fiscal era considerável. Somente uma boa coordenação de políticas econômicas conseguiria equilibrar as variáveis macroeconômicas. O governo de Carlos Andrés Perez buscou no Fundo Monetário Internacional (FMI) a solução. O programa de ajuste recomendado não se limitava a medidas conjunturais e pretendia iniciar uma “grande mudança” na economia daquele país. Era necessário tirar a economia do protecionismo de Estado e deixá-la aberta aos mecanismos de regulação do mercado.

As prioridades do programa de ajustes estavam rigidamente definidas na Carta de Intenção apresentada ao FMI, que definia os seguintes objetivos fundamentais das políticas de médio prazo:

- a) Fortalecer a poupança interna;
- b) Promover a entrada de capital estrangeiro;
- c) Promover a diversificação da economia através de um processo de ajuste e liberalização, que permitia reduzir os desequilíbrios macroeconômicos, aumentar a eficiência econômica e reforçar a estratégia de desenvolvimento vinda de fora<sup>19</sup>.

As medidas iniciais do programa de ajuste incluíam a liberalização dos preços e das taxas de juros, a redução gradual dos impostos relativos aos bens transacionados internacionalmente e a aplicação do regime de câmbio livre, o que implicou numa desvalorização do moeda nacional Bolívar e aumento dos preços dos combustíveis.

Com o objetivo de eliminar o déficit do setor público nos anos iniciais do programa, pretendia-se diminuir gastos. As prioridades sociais implícitas eram claramente visíveis na estrutura dos gastos previstos: estabeleceu-se que os subsídios à cesta básica não superariam o limite de 1,2% do PIB em 1989 e seriam progressivamente eliminados entre 1990 e 1991. As transferências diretas previstas no programa social deviam alcançar 0,74% do PIB. Por outro lado, os investimentos públicos estavam destinados a alcançar 11% do PIB e as perdas financeiras derivadas dos compromissos de pagamento da dívida

---

<sup>19</sup> Carta de Intenção ao FMI, 1989.

privada externa chegariam a 4%<sup>20</sup> (CALCAÑO, 1997, p.195). O governo se comprometeu publicamente a levar a cabo uma política salarial prudente, que fortalecesse a competitividade, subisse o nível de emprego e reduzisse as pressões inflacionárias. Porém, o que o governo de fato fez foi outorgar aos seus empregados aumentos salariais abaixo da taxa de inflação prevista para 1989 e renunciar a opção de fixar os salários do setor privado, com exceção do salário mínimo.

Tão logo fora iniciado o programa de ajustes, presenciou-se uma forte reação social. Motins e saques começaram a surgir em vários pontos da capital, Caracas e por diversas cidades do país, no final de fevereiro de 1989<sup>21</sup>, em protesto contra o aumento das tarifas do transporte urbano. Ademais, a constante deterioração das condições de vida dos setores mais populares era um motivo significativo para as revoltas. A agitação popular mostrou aos governantes que as medidas de ajuste, mesmo sendo inevitáveis, teriam um impacto sócio político que poderia ameaçar a estabilidade do regime vigente. Isso porque o programa de ajuste rompia com a lógica da relação até então vigente entre Estado, partido e sociedade (VIZENTINI, 2003, p. 64). O fato é que todas essas partes envolvidas não conseguiram se transformar com a rapidez necessária para se adaptar às novas exigências do programa.

Essa diferença de ritmos e velocidades, por assim dizer, contribuiu para alimentar ainda mais os conflitos entre os atores e, sobretudo, entre cada um deles e o Estado. Os pontos de apoio que haviam permitido até então orientar as demandas e negociações perderam boa parte de seu sentido e eficácia. O que aconteceu não era uma consequência imprevisível do processo, mas sim um efeito esperado, que pretendia, por si só, não só reequilibrar as variáveis macroeconômicas em curto prazo, mas também assentar as bases de uma transformação estrutural da economia daquele país. Esta transformação era regida por um conjunto de ideias centrais: aumentar a competitividade e a capacidade de exportação da indústria produtiva, reduzir a presença do Estado na economia e, num sentido mais amplo, criar as condições para que o conjunto dos mercados de bens e

---

<sup>20</sup> Os subsídios ao pagamento da dívida externa foram acordados no governo de Luis Herrera Campins (1979 – 1984) por pressões vindas do setor empresarial que temia a quebra de suas empresas e o aumento do desemprego.

<sup>21</sup> Tais revoltas foram batizadas de *Caracazo* e levaram às ruas milhares de pessoas contra a imposição das medidas de ajuste neoliberais impostas. Como resposta aos protestos, houve confronto entre a polícia e manifestantes, deixando um saldo de cerca de 300 mortos.

serviços, capitais e mão-de-obra, pudessem operar livremente, acarretando, desse modo, uma economia dinâmica e participativa, ao invés de ter à frente um Estado interventor.

As forças e agentes propulsores das mudanças encontravam-se tanto no interior do Estado quanto na sociedade civil. Animados com os exemplos de políticas seguidas por outros países da América do Sul, os governantes venezuelanos empreenderam a tarefa de mudar os rumos do debate a cerca do desenvolvimento nacional. Essa nova tendência concebia o desenvolvimento em termos de uma oposição entre o Estado e o mercado, ou entre o Estado e a sociedade civil, dependendo da ênfase no âmbito econômico ou político. O conjunto dos problemas da sociedade refletia de forma direta ou indireta, a essa oposição. A imagem de um Estado onipotente frente a uma sociedade civil oprimida disseminou-se na população.

A crítica anti-estatista contribuiu para explicar por que Pérez seguira tão fielmente as medidas ortodoxas do programa de ajuste. É sabido que na prática o programa foi imposto pelo FMI como condição para outorgar créditos indispensáveis ao país. Inclusive técnicos internos e agentes políticos haviam se organizado para tornar viável a execução do programa. Seus adversários, ao contrário, tinham dificuldades em aceitar um mesmo Estado que surgia, após anos de gestão ineficaz, como novamente responsável pela crise.

A ausência de respostas organizadas e a falta de discursos coerentes frente ao programa favoreceram sua rápida execução, mas também estimularam uma reação violenta. As revoltas de fevereiro de 1989 mostraram intervenções sociais desorganizadas que provaram, por sua presença em massa nas ruas, o caráter pouco representativo das federações sindicais e dos partidos das massas. Não obstante, nenhuma delas fora capaz de negociar com o governo modalidades de aplicação do programa. A população assistiu como espectadora aos enfrentamentos entre os protestos e as forças do governo. Apesar dos esforços posteriores em dar uma forma organizada à resistência dos programas de ajuste, sindicatos e partidos pareciam ter perdido o controle sobre as massas.

O fato é que o programa de ajustes encontrou inúmeras dificuldades que impediram sua aplicação coerente. Em especial, a falta de coordenação entre o governo e o Congresso, no que diz respeito às reformas impositivas, fez crescer o déficit fiscal, o que contribuiu para manter altas as taxas de inflação. Acrescentou-se a isso o caráter oligopólico dos principais mercados, um verdadeiro obstáculo a competitividade; não se produziram os benefícios prometidos pela abertura econômica, como o aumento da competitividade e controle da inflação (VELLINGA, 1997, p. 197). A má distribuição de renda permitiu a alguns manterem seu alto estilo de vida, em contraste com o espírito de austeridade do

programa. Por fim, tanto o presidente Pérez como seus principais funcionários diretos foram acusados de corrupção (o que diminuiu ainda mais sua credibilidade). A consequência dessa sucessão de acontecimentos foi o impeachment e queda de Pérez em 1993.

Feita a contextualização histórica, faz-se necessário focar, a partir de agora, nas relações bilaterais entre Brasil e Venezuela.

Por décadas, o Brasil foi para a Venezuela um “vizinho ausente” (URRUTIA, 2001, p. 105). A presença da majestosa floresta Amazônica na fronteira distanciava ainda mais países, que detinham políticas, economias e cultura bastante diferentes. Havia inclusive o receio de um Brasil imperialista e expansionista, por parte dos setores acadêmicos, burocráticos e políticos venezuelanos. Dado o distanciamento, pouco importava ao Brasil que seu vizinho fosse, até meados da década de 1960, um importante produtor de petróleo ou que também figurasse como o segundo mercado importador de óleo cru. Além disso, os regimes militares que governaram o Brasil a partir de 1964 implicavam no distanciamento de quaisquer relações que a Venezuela por ventura estabelecesse com o Brasil, devido à vigência da Doutrina Betancourt, contrária a regimes militares. Desse modo, durante os governos de Raul Leoni<sup>22</sup> e Romulo Betancourt<sup>23</sup>, as relações bilaterais foram pausadas. Porém, no plano político, a solidariedade com as principais instituições democráticas da sociedade civil manteve-se durante esse período.

Nesse sentido, a Venezuela viveu certo isolacionismo nas décadas seguintes aos anos de 1950. Uma vez que as elites se revezavam no poder através do *Punto Fijo*, a Doutrina Betancourt era usada como premissa para criticar o regime cubano e posicionar o país em confronto com outros vizinhos que também vivam sob governos militares. Por essas razões, voltou-se totalmente para os Estados Unidos, seu grande parceiro comercial e comprador de petróleo. Luiz Cervo, aponta as principais diretrizes da política externa venezuelana e sua ação durante esse período:

A dependência das exportações de petróleo, cerca de 90% do total; a dependência dos Estados Unidos, principal investidor, cliente e fornecedor, e a repercussão interna dos acontecimentos políticos na área do Caribe. (CERVO, 2001, p. 4)

---

<sup>22</sup> Raul Leoni foi presidente da Venezuela entre os anos de 1964 e 1969, sendo antecessor de Rafael Caldera.

<sup>23</sup> Romulo Betancourt foi presidente da Venezuela entre os anos de 1959 e 1964, sendo o promulgador da Doutrina Betancourt.

Isso duraria, na verdade, nada mais que uma década, pois, uma vez eleito Rafael Caldera em 1969, a Doutrina Betancourt passaria a ser mais flexível, dando prioridade, nos anos 1970, à criação de relações com países que poderiam comprar o petróleo venezuelano. Em outras palavras, instalava-se uma visão mais flexível e realista do cenário internacional. Por outro lado, o êxito do petróleo, causado por uma intensa elevação dos seus preços, indicou um retorno a utopia de colocar a Venezuela como líder na cerne da América Latina. No entanto, como se sabe, a história não caminhou nessa direção:

A Venezuela prosseguirá vivendo de sonho e de ilusão: o sonho bolivariano e a ilusão do petróleo. O primeiro não lhe garantiria a pretendida liderança sobre a América do Sul e a segunda não traria o desenvolvimento social e econômico esperado (Idem)

Após ter compreendido que o cenário era bem diferente do qual a Venezuela sonhara, o país espantou o fantasma do isolacionismo de uma vez por todas e passou a se guiar por uma orientação mais realista, que articulava os objetivos da cooperação e da integração sul-americana com o esforço interno de desenvolvimento (LOPES, 2004, p. 3).

Claro que essa mudança de visão foi aproveitada pelo Brasil, que prontamente fez acordos com a Argentina e a Venezuela, sobretudo nas áreas energéticas e comerciais. Cervo aponta muito bem que essa mudança estratégica beneficiou os países como um todo. Para a Venezuela, representou uma injeção de ânimo, tanto no que se refere aos movimentos de integração quanto para a cooperação bilateral entre vizinhos.

Com Rafael Caldera, em 1969, deu-se um grande marco nas relações bilaterais. Pela primeira vez, houve uma aproximação política, econômica e diplomática. Foi na gestão de Caldera que o desenvolvimento da fronteira sul (norte do Brasil) tornou-se assunto prioritário de governo. A construção da conexão terrestre entre Santa Elena de Uairén e Boa Vista foi o primeiro passo concreto nessa direção.

A aplicabilidade instável da doutrina Betancourt levou Pérez a desenvolver em 1977 uma aproximação cautelosa com o Brasil, tornando-se o primeiro presidente venezuelano a visitar o país. A partir daí houve um aumento na quantidade de atos bilaterais relevantes oficializados entre as partes. Apesar disso, as questões levantadas na proposta do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) associavam o Brasil com uma imagem expansionista, o que gerava incerteza e insegurança quanto aos benefícios resultantes daqueles acordos.



Poucos anos depois, Luis Herrera, buscando uma solução pacífica para a crise centro-americana, incentivou a participação do Brasil no chamado Grupo de Apoio ao processo de Contadora<sup>24</sup> (URRUTIA, 2001, p. 107).

Já no final dos anos 1980, com a queda do regime militar no Brasil, as relações se intensificaram. Na ocasião, o presidente da república José Sarney (1985-1990) visitou a Venezuela e os níveis de cooperação se dinamizaram. Nos anos seguintes, houve um aquecimento das relações bilaterais, atendendo as expectativas de ambos os países. A agenda de temas expandiu-se consideravelmente, abordando temas ecológicos, como meio ambiente e segurança nas fronteiras. Foi, inclusive, durante a segunda gestão do presidente Caldera que boas relações foram travadas com o Brasil, por via atos bilaterais, com os ex-presidentes do Brasil, Itamar Franco (1992-1995) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). Nesse período, os temas relativos à cooperação energética entraram em pauta e foram idealizados importantes projetos de interconexão elétrica e de infraestrutura. Simultaneamente a esse dinamismo nas relações, a Venezuela viu multiplicar sua produção anual de petróleo.

Paralelamente aos desdobramentos bilaterais, outro fato de destaque marcou esse período. O governo venezuelano deu os primeiros passos em direção ao MERCOSUL (Mercado Comum do Sul). Ao contrário do que se possa imaginar, seu interesse em participar do MERCOSUL era uma questão delicada para os especialistas venezuelanos, uma vez que em termos econômicos não seria muito eficiente sua adesão ao bloco (URRUTIA, 2001, p. 107). Além disso, cabe dizer que para muitos a vinculação ao MERCOSUL deveria ser feita em conjunto com todos os países pertencentes da Comunidade Andina.

Somada a esses fatores, houve a dificuldade de harmonização das preferências e taxas alfandegárias. Por esses e outros motivos, setores da sociedade venezuelana mostravam-se receosos quanto à aproximação daquele país com o Brasil. O empresariado temia que a abertura levasse à perda de competitividade, dada a distância tecnológica nos setores industriais dos dois países.

---

<sup>24</sup> O Grupo de Contadora foi uma iniciativa da Venezuela, Colômbia, Panamá e México como resposta à retomada da política intervencionista estadunidense na América Central, durante o primeiro mandato do presidente Ronald Reagan, consubstanciada na invasão estadunidense de Granada, em 1983. Junto com o Grupo de Apoio à Contadora (Argentina, Brasil, Peru e Uruguai), daria origem ao Grupo do Rio, único fórum político exclusivamente latino-americano no continente.

O que aconteceu, todavia, foi uma crescente melhoria na qualidade e quantidade das relações bilaterais entre os dois países, intensificadas na década de 1990 e que permanecem até hoje. Que interesses o Brasil teria nessas parcerias? Por que seria interessante o Brasil manter relações com um país de características tão marcantes e singulares como a Venezuela? O caminho da cooperação é de duas vias? O presente trabalho continua sua busca de respostas para essas e outras questões fundamentais, dentro do tema em estudo.

## 2. AS RELAÇÕES BRASIL – VENEZUELA, ENTRE 2003 E 2010

Depois de expor o contexto socioeconômico da Venezuela e o breve histórico das relações bilaterais entre os dois países, focaliza-se agora sobre o objeto de estudo desta monografia, ou seja, as relações entre ambos os países durante o governo de Hugo Chávez e Luiz Inácio Lula da Silva. Um interessante ponto de partida é a seguinte afirmação;

À parte a retórica diplomática, nunca Brasil e Venezuela estiveram tão próximos como desde que Hugo Chávez se elegeu presidente da República, em 1998. O conhecimento mútuo da realidade de cada um dos dois países parece estar aumentando, enquanto, no campo econômico, os negócios de brasileiros em solo venezuelano ganham fôlego novo. (UCHOA, 2003, p. 14)

Quando Chávez assumiu a presidência em 1999, suas propostas quanto à integração regional da América do Sul explicitavam uma intenção de se aproximar do Brasil. Nesse sentido, apesar de demonstrar uma posição política diferente da do venezuelano, o então presidente Fernando Henrique Cardoso não impediu que tal aproximação ocorresse. Durante um encontro em Brasília no ano de 2001 foram dados os primeiros passos dos mandatários, a fim de ratificarem a entrada da Venezuela no bloco MERCOSUL. O documento a seguir, divulgado pelo Ministério de Relações Exteriores da Venezuela, mostra essa posição:

El Presidente Hugo Chávez Frías anunció la decisión del Gobierno venezolano de solicitar la adhesión al MERCOSUR. El Presidente Fernando Henrique Cardoso recibió con satisfacción el anuncio de la decisión venezolana y se comprometió a apoyar esa solicitud junto a los demás socios de MERCOSUR, iniciando al más corto plazo posible el proceso correspondiente previsto en el Tratado de Asunción. (MRE, 2001)<sup>25</sup>.

Outro assunto recorrente nos encontros diplomáticos dos dois países referia-se aos impactos que o projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) poderia acarretar. Tanto Fernando Henrique quanto Hugo Chávez estavam reticentes com a proposta estadunidense e concordavam que o processo de regionalização do continente sul-

---

<sup>25</sup> Em tradução livre do autor; “O presidente Hugo Chávez Frías anunciou a decisão do Governo Venezuelano de solicitar a adesão do país ao MERCOSUL. O presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu com satisfação o anúncio venezuelano e já se comprometeu a apoiar essa solicitação junto aos demais membros do bloco, dirigindo seus esforços para acelerar esse processo de adesão ao MERCOSUL.”.

americano deveria ser pautado no equilíbrio e gradualidade, respeitando-se os diferentes estágios econômicos e de desenvolvimento em que cada um dos países se encontrava. Luiz Bandeira (2006) discorre sobre tais posturas diplomáticas:

A Venezuela, durante a etapa final do governo Fernando Henrique Cardoso, passou a ocupar relevante papel na política exterior do Brasil, não apenas servindo de contrapeso para a Argentina, mas também conformando com ela o triângulo estratégico, no processo e integração da América do Sul, o estabelecimento de uma unidade econômica e política entre os países da região, condição necessária e indispensável a uma inserção equilibrada no cenário internacional. (BANDEIRA, 2006, p. 34)

Uma evidência que demonstra proximidade entre os dois países aconteceu quando, durante um período de crise interna no governo de Chávez, o Brasil apoiou sua gestão. Era final de 2002 e aquele país passava por um grave problema de abastecimento de gasolina<sup>26</sup> – efeito de sucessivas de greves gerais –, sendo obrigado a importar combustível para atender a demanda doméstica. Com a intenção de apoiar o governo bolivariano, a PETROBRAS enviou cerca de 520 mil barris de óleo para aquele país, deixando claro que não concordava com a ideia norte-americana de isolar politicamente a nação. Segundo o diplomata Marco Aurélio Garcia, enviado da presidência do Brasil à Venezuela naquele momento, a estabilidade na Venezuela era fundamental para o Brasil porque, em primeiro lugar, tratava-se de uma “questão de princípio” já que o governo defendia a democracia no continente. Em segundo lugar, por razões de natureza geopolítica, já que a Venezuela é o quinto maior produtor mundial de petróleo. A possibilidade de uma guerra civil na Venezuela e uma eventual guerra aberta contra o Iraque eram ameaçadoras; causariam um impacto muito grande sobre as economias mundial e brasileira.

Essa turbulência ocorreu nos últimos meses de mandato Fernando Henrique Cardoso. Luiz Inácio Lula da Silva já havia sido eleito. Apesar de Fernando Henrique ter aprovado tais medidas urgentiais, há indícios de que Lula tenha se posicionado prontamente a favor e agilizado os procedimentos de ajuda. Na lógica do presidente recém-eleito, se Chávez fosse retirado do poder, poderia ocorrer um efeito dominó e todos governantes da região também poderiam sucumbir, inclusive ele próprio (KOZLOFF, 2006, p. 134).

---

<sup>26</sup> Conhecido como “*Paro Petrolero*”, as greves gerais da estatal venezuelana PDVSA provocaram um verdadeiro colapso interno no fornecimento de petróleo. A crise deu-se entre os anos de 2002 e 2003.

Outro episódio relevante entre os dois países teve início em abril de 2002, nas ruas da capital Caracas. Apoiados pela oposição ao governo, milhares de manifestantes realizaram manifestações e intentaram um golpe cívico-militar contra o presidente venezuelano. Apesar da tentativa, alguns dias depois, o governante já retomava o poder. Começaria então um desafiador processo de reconciliação nacional, conduzido sob a vigília da Organização dos Estados Americanos<sup>27</sup> (OEA) e que se prolongaria até o final daquele ano. Mesmo com os holofotes direcionados às eleições estaduais e presidenciais, coube ao Brasil o papel de solicitar à OEA a censura à Venezuela, pela quebra da ordem nacional. Já nos primeiros dias de seu mandato, mais precisamente em 15 de janeiro de 2003, Lula liderou a formação, em Quito, do Grupo de Países Amigos do Secretário Geral da OEA para a Venezuela<sup>28</sup>, juntamente com os Estados Unidos, Espanha, Portugal, México e Chile.

À medida em que Lula se afirmava como presidente, as relações se intensificavam ainda mais. As quatro visitas de Chávez ao Brasil nos quatro primeiros meses de mandato de Lula sinalizaram o que ocorreria. Ao que tudo indicava, os dois vizinhos pareciam preparados para aproveitar todo seu potencial: países grandes que poderiam juntar suas forças direcionando os esforços para colocar na agenda mundial temas como desigualdade e pobreza, conforme anunciavam seus discursos presidenciais (BACOCINA, 2008, p. 14).

De um lado, Hugo Chávez, consagrado nas urnas em uma eleição constituinte e duas presidenciais, líder da revolução bolivariana e representante das esperanças de mudança do povo venezuelano. De outro, Luiz Inácio Lula da Silva, metalúrgico carismático e líder de esquerda, prestigiado mundialmente. O fato de ter sido eleito presidente após três derrotas consecutivas era admirada e visto como exemplo de perseverança. O processo eleitoral brasileiro era elogiado pela imprensa de todo o mundo e Lula chegou a aparecer como capa numa das revistas de maior prestígio internacional: a inglesa *The Economist*. Lula era personificado por muitos como a esperança da esquerda, inclusive em países europeus. Fora comparado até mesmo com o ex-primeiro ministro britânico Tony Blair, que levou o Partido Trabalhista de volta ao poder em 1997, após ter

---

<sup>27</sup> A Organização dos Estados Americanos (OEA) é uma organização internacional criada em 1948, com sede nos Estados Unidos, cujos membros são as 35 nações independentes do continente americano.

<sup>28</sup> Disponível em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2003-01-15/grupo-de-amigos-da-venezuela-e-uma-vitoria-diplomatica-diz-embaixador> acesso em novembro de 2012.

sugerido diversas mudanças ideológicas na cerne de seu partido (BACOCINA, 2008, p.19).

Lula e Chávez seriam os primeiros representantes do que viria a ser chamado de “onda vermelha” na América Latina, juntamente com a eleição de outros presidentes de esquerda no Uruguai, Bolívia, Argentina, Equador, Nicarágua e Chile. Entretanto, mesmo com afinidades, não é possível afirmar que fossem idênticos (BACOCINA, 2008, p.21). Mantinham um estilo governo e certas posições políticas, estratégicas e econômicas próprias de cada um. Após alguns anos de gestão, essas diferenças já eram visíveis ao olhar internacional. Ilustrando esse fato, o ex-ministro colombiano Augusto Ramirez Ocampo afirmou “*You cannot throw them in the same bag*”<sup>29</sup>.

Mesmo com diferenças quanto à popularidade, princípios e meios de ação política, Lula e Chávez compartilhavam um importante projeto: a consolidação e fortalecimento das relações Sul – Sul entre os países em desenvolvimento e a integração da América do Sul. Tais intenções já haviam se manifestado em meados dos anos 1990, mas tomaram impulso com esses dois presidentes.

No governo de Itamar Franco (1992 – 1994) ocorreu a primeira tentativa concreta de integração sul-americana, quando foi proposto pelo então chanceler Celso Amorin a criação da Área de Livre Comércio Sul Americana (ALCSA), figurando como um contraponto ao projeto da ALCA dos norte-americanos, que englobava todo o continente. Vale lembrar que o MERCOSUL já estava em funcionamento desde 1991, integrado pelo Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Anos depois, no governo Fernando Henrique, os primeiros passos para a criação da Iniciativa para Integração da Infra Estrutura Regional da América do Sul (IIRSA) foram dados. Com Lula, a identidade da América do Sul tomou forma, a começar pela criação de uma subsecretaria dedicada exclusivamente à região sul-americana no Palácio do Itamaraty. As palavras do chanceler Celso Amorin “Nossa prioridade é indiscutivelmente a América do Sul”<sup>30</sup> indicavam que essa seria uma das principais metas quanto à política externa no governo Lula. Do outro lado da Amazônia, a

---

<sup>29</sup> Em tradução livre do autor: “Você não pode colocá-los no mesmo saco.” disponível em <http://www.nytimes.com/2005/12/18/weekinreview/18forero.html?pagewanted=all> acesso em novembro de 2012.

<sup>30</sup> Disponível em <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/discursos-artigos-entrevistas-e-outras-comunicacoes/ministro-estado-relacoes-exteriores/aula-magna-do-senhor-ministro-das-relacoes/print-nota> acesso em novembro de 2012.

prioridade quanto à integração latino-americana evidenciava-se numa parte da Constituição aprovada por Chávez em 1999, depois de um ano de mandato como presidente:

*Artículo 153. °*

*La República promoverá y favorecerá la integración latinoamericana y caribeña, en aras de avanzar hacia la creación de una comunidad de naciones, defendiendo los intereses económicos, sociales, culturales, políticos y ambientales de la región. La República podrá suscribir tratados internacionales que conjuguen y coordinen esfuerzos para promover el desarrollo común de nuestras naciones, y que garanticen el bienestar de los pueblos y La seguridad colectiva de sus habitantes. Para estos fines, la República podrá atribuir a organizaciones supranacionales, mediante tratados, el ejercicio de las competencias necesarias para llevar a cabo estos procesos de integración. Dentro de las políticas de integración y unión con Latinoamérica y el Caribe, la República privilegiará relaciones com Iberoamérica, procurando sea una política común de toda nuestra América Latina. Las normas que se adopten en el marco de los acuerdos de integración serán consideradas parte integrante del ordenamiento legal vigente y de aplicación directa y preferente a La legislación interna<sup>31</sup>. (CONSTITUCIÓN FEDERAL, 1999)*

Lula e Chávez apoiaram diversos projetos de integração, principalmente no setor energético. Em abril de 2003, numa visita de Chávez ao Brasil, nasceu a primeira iniciativa nessa área, com a assinatura da ata para a construção da refinaria Abreu e Lima, fruto das parcerias entre a Petrobras e a estatal venezuelana *Petroleos de Venezuela* (PDVSA). A refinaria funcionaria da seguinte maneira: o petróleo pesado chegaria à refinaria oriundo do campo de Carabobo, ao longo do Rio Orinoco, sul da Venezuela, e passaria a ser explorado também pela Petrobras. Tal acordo foi firmado tendo em vista o início de uma estreita parceria entre as duas empresas, que futuramente daria origem ao chamado Gasoduto do Sul, levando ao Cone Sul gás vindo da Venezuela, passando pela região amazônica, nordeste brasileiro e Bolívia, até chegar na Argentina. Na ocasião, Lula relatava da seguinte maneira suas relações com a Venezuela:

---

<sup>31</sup> Em tradução livre do autor: “A República promoverá e favorecerá a integração latino-americana e caribenha, tendo em vista o avanço até a criação de uma comunidade de nações, defendendo os interesses econômicos, sociais, culturais, políticos e ambientais da região. A República poderá promulgar tratados internacionais que conjuguem e coordenem esforços para promover o desenvolvimento comum de nossas nações e que garantam o bem-estar dos povos e segurança coletiva a seus habitantes. Para esses fins, a República poderá atribuir a organizações supranacionais, mediante tratados, o exercício das competências necessárias para levar a cabo esses processos de integração. Dentro das políticas de integração e união com a América Latina e o Caribe, a República privilegiará relações com a Ibero America, procurando desenvolver uma política comum a nossa America Latina. As regras que serão adotadas em prol dos acordos de integração serão consideradas como partes integrantes da ordenação legal e vigente e de aplicação direta e condizente com a legislação interna.”

As reuniões que mantive com o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, corresponderam às nossas melhores expectativas. Compartilhamos de uma grande desafio comum, que é o de governar, com visão e mão reformadoras, países marcados por profundas desigualdades econômicas e sociais. Temos a disposição de estreitar ainda mais as relações entre os nossos países. Concordamos em atribuir a mais alta prioridade à integração da América do Sul. (LULA, 2003)

Ainda em 2003, a Venezuela assinou com o MERCOSUL um Acordo de Complementação Econômica (ACE), que propiciaria um rápido salto nas exportações brasileiras àquele país. Um ano depois, o país andino passou a integrar o MERCOSUL como membro associado. Em 2005 formalizou seu pedido de adesão, aprovado pelos outros países do bloco em 2006 e aceito como membro efetivo em 2012 pelo parlamento paraguaio.

Os dois chefes de Estado compartilhavam a prioridade Sul-Sul e, de acordo com as palavras do então presidente Lula em seus discursos, ambicionavam mudar a geografia comercial do mundo<sup>32</sup> (BACOCINA, 2008, p.22). Durante o primeiro ano de governo, Lula visitou a maioria dos países sul-americanos e cinco do continente africano. Foram também realizados inúmeros encontros presidenciais com chanceleres e presidentes da América Latina, África e Oriente Médio, amplamente divulgados pela mídia jornalística.

Numa de suas várias visitas ao Brasil, em abril de 2003, o mandatário venezuelano encontrou-se com Lula em Pernambuco, onde foi assinada a Ata de Recife, que firmava intenções de coordenar a política comercial, em termos da Organização Mundial do Comércio e posicionamento frente à ALCA, juntamente com os demais países sul-americanos. Lembraram também a importância da integração física da região norte brasileira com o sul venezuelano e da importância do comércio bilateral, inclusive com a participação da iniciativa privada. Ainda no mesmo ano, nosso presidente visitou aquele país, onde celebrou juntamente com Chávez, a assinatura do Acordo entre o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e o governo venezuelano, além do Acordo Geral entre a Petrobras e a PDVSA anteriormente citado. Pelo primeiro Acordo seriam conferidos créditos em torno de um bilhão de dólares para projetos de infraestrutura. Um ano depois, em setembro de 2004 foi realizado o III Encontro Empresarial Brasil-Venezuela, em Manaus. Ali se expressaram os interesses da estatal PDVSA em aprofundar suas operações no Brasil e os da Petrobras, de fazer o mesmo em território vizinho. Além

---

<sup>32</sup> Disponível em <http://www.cinpr.org.br/News2content18797.shtml> acessado em novembro de 2012.



disso, no plano político-diplomático, ficou claro o apoio daquele país à candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Tais acontecimentos levavam a crer que:

La Venezuela es el país sudamericano con el cual Brasil tiene hoy en día las mayores afinidades sobre temáticas políticas y económicas tanto globales como regionales<sup>33</sup>. (VILLA, 2004)

Nesse sentido, as articulações entre ambos os países, personificados na PDVSA e Petrobras, prosseguiram. Em 2005 foram feitos acordos para estimular ainda mais a cooperação nas áreas de extração, industrialização e comercialização do petróleo. Atualmente, após a descoberta das grandes reservas de pré-sal na costa brasileira, esse tipo de investimento perdeu um pouco sua atratividade para a Petrobras, mas a parceria com a PDVSA ainda é importante. Maria das Graças Foster, presidente da PETROBRAS comenta:

Consideramos que a PDVSA resolverá seus problemas e que será nossa sócia. Queremos a PDVSA como sócios. A PDVSA tem uma tarefa por fazer e um problema a resolver, que é o das garantias. Mas não pensamos em outra sócia para essa refinaria que não seja a PDVSA (FOSTER, 2012)

Nesse aspecto, pode-se dizer que a questão energética continua sendo uma das mais relevantes pautas na atual busca de integração sul-americana. Enquanto alguns países possuem características geográficas que não permitem abundância no fornecimento de energia em suas economias, como, por exemplo, a Argentina, outros países, como a Venezuela e o Peru, possuem excedentes totalmente exploráveis embora ainda pouco explorados. A exemplo disso, a assinatura da Ata de Caracas pelos presidentes da Argentina, Brasil e Venezuela veio consolidar o PETROSUL, que estipulava a construção de um gasoduto levando gás venezuelano ao território argentino, passando pelo Brasil. Ainda na área de infraestrutura, em geral, é interessante salientar a presença da iniciativa privada brasileira em solo venezuelano, materializada na construtora Odebrecht. Em novembro de 2006, era inaugurada sobre o rio Orinoco na Ciudad Guayana, situada na divisa com o Brasil, a segunda maior ponte sobre aquele rio. Na cerimônia de inauguração, com a presença do presidente Lula, era celebrada a maior obra da construtora brasileira,

---

<sup>33</sup> Em tradução livre do autor, “A Venezuela é, atualmente, o país sul-americano com o qual o Brasil possui maior afinidade em temáticas políticas e econômicas, em âmbitos regional e global”.

orçada em US\$ 991 milhões, com uma extensão de 3,12 quilômetros por 25 metros de largura, sustentando uma rodovia e uma ferrovia. Além desse projeto, a Odebrecht também foi responsável pela construção de uma linha adicional do metrô de Caracas, pelo valor de US\$ 934 milhões e está prevista a construção de 12 quilômetros de túneis subterrâneos até 2013. Por fim, naquele mesmo ano de 2006, além de ter sido conferido à Venezuela o título de membro pleno do MERCOSUL, criou-se no Rio de Janeiro um escritório dedicado exclusivamente à coordenação do processo de construção da refinaria Abreu e Lima pela PDVSA e Petrobras.

No sentido mais amplo de cooperação, de acordo com as atas do Ministério de Relações Exteriores, foram assinados cerca de 100 Atos até 2010<sup>34</sup>. Porém, grande parte desses atos foram puramente diplomáticos e formais, sem implicar em sua concretização imediata.

## **2.1 Iniciativas pontuais brasileiras**

### **2.1.1 Agência Brasileira de Cooperação**

A Agência Brasileira de Cooperação (ABC) é um órgão relacionado ao Ministério das Relações Exteriores e tem como função analisar, coordenar e implementar iniciativas pontuais de cooperação técnica em todo o mundo. Alinhados à estratégia internacional e à política externa do Ministério, a ABC investe em projetos nas mais diversas áreas como saúde, infraestrutura e educação. Na contra mão das cooperações Norte-Sul entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, a ABC nasceu em 1987, com o objetivo de dinamizar essas relações e mudar o caráter dessas cooperações, agora num caminho de mão dupla, entre países que se encontram num mesmo grau de desenvolvimento. A esse tipo de relação entre países em desenvolvimento dá-se o nome de Cooperação Sul-Sul ou Horizontal, considerado de extrema importância no contexto das relações internacionais, uma vez que essas parcerias tendem a auxiliar o país cooperado a promover mudanças estruturais nos seus sistemas produtivos e superar restrições que dificultem seu crescimento (ABC). Nesse sentido, a política externa brasileira vem priorizando esse tipo de cooperação, para estreitar laços entre países e com a esperança de que seja um dos melhores e mais eficazes caminhos para atingir o desenvolvimento sustentável, melhorar a

---

<sup>34</sup> De acordo com o Sistema Atos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores (MRE).

qualidade de vida e buscar maior justiça social. A CGPED (Cooperação Técnica Entre Países em Desenvolvimento) compartilha conhecimentos específicos e técnicos do Brasil sem interesses comerciais, visando a autonomia dos países envolvidos. Na prática, essa transferência de conhecimentos se dá através de treinamentos, consultorias e eventuais doações de equipamentos (ABC). No caso da Venezuela, não é diferente. Ao todo a ABC responsabilizou-se por assessorar 19 projetos de cooperação naquele país<sup>35</sup>, dos quais oito encontram-se em fase de execução. Um deles tem o objetivo de aumentar a produção de mudas e promover o beneficiamento ecológico do café. Um outro pretende saber de que modo a Venezuela deveria fortalecer suas políticas públicas relativas ao desarmamento e ao controle de armas e munições. Muitas dessas iniciativas contam com o apoio de órgãos brasileiros, como a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e a EMBRAPA, além da Fundação Oswaldo Cruz.

Essas parcerias são vistas com bom olhos pelas instancias oficiais dos Governos uma vez que têm demonstrado eficácia nos resultados. Ao contrário de grandiosos projetos bilaterais, que exigem grandes preparações e negociações burocráticas vindas diretamente da presidência, esses projetos têm impacto local e tendem a gerar resultados com agilidade.

Para citar um exemplo, foi fundamental a ajuda brasileira no caso do desenvolvimento institucional do *Instituto de Altos Estudios Dr. Arnoldo Gabaldón*, projeto realizado pela Fundação Oswaldo Cruz e encaminhado através da ABC, durante os anos de 2010 e 2011. Através de intensos treinamentos, pesquisas e desenvolvimento no campo da saúde pública venezuelana, técnicos e especialistas brasileiros foram capazes de levar aquele Instituto a outro patamar. Conseguiu-se melhorar o Sistema de Ensino a Distância, criar um curso de pós-graduação na área da saúde e, em especial, tornar o *Instituto de Altos Estudios* uma Escola de Governo, com capacidade formar profissionais capacitados em maior número. Sem dúvida, essa a cooperação obteve bons resultados e aponta para boas e impactantes.

### **2.1.2 Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA)**

Um dos fatores que conferem singularidade à relação abordada nesta monografia é a presença de instituições públicas brasileiras em solo venezuelano. Em nenhuma outra

---

<sup>35</sup> Esse número, no entanto, é relativamente baixo se comparado a países vizinhos da América do Sul, como o Paraguai – com um total de 111 projetos - e a Bolívia – com 70 projetos-, voltados para as áreas de habitação, agricultura e saúde.

nação existem tantas instituições brasileiras estabelecidas. Como representante dessa categoria de relação, temos um escritório ativo do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) em Caracas, inaugurado em setembro de 2010. Tal iniciativa tem por missão facilitar o intercâmbio de informações e de experiências brasileiras na área da pesquisa econômica voltada para o desenvolvimento e realizar estudos *in loco*, que permitam um aprofundamento das reflexões e busca de alternativas adequadas para solucionar problemas específicos venezuelanos.

Não obstante, o IPEA tem sido o protagonista da política externa brasileira naquele país. Vinculado à Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Presidência da República, a entidade tem promovido concursos públicos para o preenchimento de vagas de técnicos especialistas nas áreas de relações internacionais e economia, garantindo dessa maneira mão de obra qualificada nacional para a execução dos projetos.

É interessante lembrar que os primeiros indícios da presença do IPEA na Venezuela foram dados em outubro de 2009, quando ambos os países deixavam claros o interesse nessa parceria. No ano seguinte, após reuniões entre a SAE e o Ministério da Energia e Petróleo da Venezuela, a Ata de Compromisso foi firmada, definindo as prioridades de atuação do IPEA naquele país. Ficou estabelecido que os projetos seriam focados na faixa petrolífera do Orinoco e da área gasífera do estado de Sucre.

Em novembro do mesmo ano, 2010, foi realizado na Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) o Seminário Integração Amazônia-Orinoco, resultante de parcerias entre diversas instituições públicas dos dois países. Foram discutidas e repensadas relações comerciais, produtivas e de infraestrutura entre o sul da Venezuela e o norte do Brasil, visando a criação de políticas de incentivo para o desenvolvimento da área e integração regional. Um dos insumos para a tomada de decisões durante o evento e para posteriores discussões foram dois relatórios elaborados por técnicos do IPEA. O primeiro trata da necessidade de readequar a dinâmica de integração da infraestrutura e traz um panorama completo da área norte da América do sul, incluindo mudanças estruturais na Iniciativa de Integração no Norte da América do Sul (IIRSA). O segundo relatório - elaborado em parceria com o Ministério da Ciência e Tecnologia e Indústrias Intermediárias (MCTI) venezuelano -, discorre sobre as oportunidades de integração de infraestrutura em diversos setores (construção civil, mineração, agroindústria), e também a cerca dos benefícios que uma cooperação entre a zona franca de Manaus e a zona franca de Puerto Ordaz trariam.

Posteriormente, o IPEA cooperou com o MCTI na criação do Instituto Venezuelano de Investigação em Economia Produtiva. A cooperação estendeu-se também a funcionários do MCTI, que permaneceram em Brasília durante oito semanas, para assistirem a um curso de políticas públicas promovido na sede do IPEA. Complementando esse processo, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) ministrara um curso para 50 funcionários do ministério venezuelano e o IPEA apresentara seu planejamento estratégico. Tudo isso servira de preparação para a instalação de uma nova instituição na capital do país, Caracas. A parceria se estende também ao Banco Central Venezuelano (BCV), onde ainda são realizadas atividades conjuntas sobre os temas de macroeconomia e integração financeira.

Em 2011, após visitas técnicas de diretores do Instituto, foram ampliadas as áreas temáticas para estudo; matriz institucional, sistema de monitoramento e acompanhamento, macroeconomia e financiamento, fortalecimento da estrutura produtiva, infraestrutura, desenvolvimento regional, urbano e ambiental e desenvolvimento social. Meses depois, um adendo especificou essa primeira etapa e definiu as metas da missão: a) estreitar vínculos institucionais com organizações governamentais e de pesquisa da Venezuela; b) assessorar políticas públicas; c) organizar cursos de formação em políticas públicas e planejamento; d) organizar estudos e seminários para impulsionar a integração entre o norte do Brasil e o sul da Venezuela; e) estudar o desenvolvimento de cadeias produtivas associadas à atividades petroleira; f) desenvolver pesquisas sobre integração regional e comparada (IPEA, 2011).

Mais recentemente, em setembro de 2012, foi realizada uma série de palestras com o objetivo de capacitar servidores venezuelanos para tratarem de assuntos do MERCOSUL. Intitulado “*Mercosur Y Negociaciones Internacionales*”<sup>36</sup>, o curso apresentou a história do bloco econômico, sua institucionalidade, conquistas, mudanças e negociações que estão em andamento à dezenas de servidores públicos do Banco Central Venezuelano. Além da presença de funcionários do BCV, participaram também funcionários do Ministério de Relações Internacionais, Planejamento, Finanças, Alfândega e Tributação (semelhante à Receita Federal).

---

<sup>36</sup> Disponível em [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=15553](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=15553) acesso em novembro de 2012.

### 2.1.3 Caixa Econômica Federal

O programa *Gran Mision Vivenda* promovido pelo governo federal Venezuelano foi inspirado na iniciativa brasileira “Minha Casa Minha Vida<sup>37</sup>” que conta com auxílio proveniente da Caixa Econômica Federal. Além de financiar uma parcela mínima do programa, a Caixa Econômica enviou ao país vizinho técnicos que compartilharam as experiências e *know-how* do programa brasileiro. O programa, que visa melhorar o déficit habitacional daquele país, tem como meta a construção de 3 milhões de casas até 2018 e custou cerca de US\$ 16,3 bilhões, em comparação à meta brasileira de 2,4 milhões de casas até 2014 e com o custo de R\$ 28 bilhões. Segundo Pedro Barros, titular da missão do IPEA na Venezuela, o programa é uma “prioridade absoluta de governo, que envolveu todos os órgãos governamentais”. Nesse sentido, Chávez soube muito bem quando iniciar o projeto. Aproveitou-se da proximidade das eleições e do alto valor do barril de petróleo (US\$ 100,00), garantindo que em termos fiscais não haveria maiores impedimentos para o cumprimento das metas. Como primeiro passo, foi criado o Órgão Superior de Vivenda, presidido por ele próprio e gerenciado pelo presidente da estatal petrolífera PDVSA, Rafael Ramirez. O órgão também reúne representantes de diversos ministérios, como Habitação, Planejamento, Transporte, Educação, Comunas, etc. Segundo a ex-presidente da Caixa Econômica no Brasil, Maria Fernanda Coelho, esse órgão é responsável por analisar e aprovar planos e projetos relacionados ao programa. Na opinião do experiente consultor Johnny Reis, que há décadas presta consultoria para empresas brasileiras que querem investir no país, o *Gran Mision Vivendas* tem metas bem mais ambiciosas que do que o programa brasileiro correspondente. Não se trata de mais um programa habitacional. O governo tem feito dele uma prioridade política e nacional. Isso é evidenciado diariamente nas manchetes estampadas nos jornais venezuelanos<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Programa do Governo Federal Brasileiro que tem por objetivo acabar com o déficit habitacional do país. Nesse sentido, constrói moradias a preços reduzidos e dá a oportunidade daqueles que dificilmente teriam chances de comprar uma casa própria de adquirirem seu próprio imóvel.

<sup>38</sup> Disponível em <https://conteudoclipingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/5/23/programa-habitacional-e-a-maior-aposta-de-chavez-em-ano-eleitoral/> acessado em novembro de 2012.

### **2.1.4 Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias (EMBRAPA)**

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), maior empresa de pesquisa agropecuária do Brasil, está presente em vários países no mundo, em duas modalidades diferentes. A primeira é através de laboratórios virtuais localizados em países desenvolvidos como os Estados Unidos, Inglaterra e a França. O segundo tipo é a instalação de escritórios próprios para a execução de projetos específicos em países em desenvolvimento, como acontece no caso de Moçambique, Colômbia e Venezuela. Sua atuação nos países estrangeiros ocorre basicamente em três modalidades: cooperação técnica, cooperação científica e negócios tecnológicos. No caso venezuelano, tem se dado principalmente por via da cooperação científica e técnica. Desde sua inauguração em 2008, seu papel tem sido:

Promover a transferência de tecnologia e o intercâmbio de conhecimentos, e impulsionar as transformações sociais e tecnológicas pertinentes, a fim de fortalecer a produção agrícola. Desta forma contribuindo para a redução do êxodo rural, graças ao melhoramento da qualidade de vida, da integração ao redor de um projeto de vida das famílias rurais e indígenas, do incremento à produção e diversificação para o consumo próprio, do abastecimento de mercados locais, da incorporação de mão de obra local e, em geral, do fortalecimento da atividade agrícola, respondendo às especificidades de cada localidade. (EMBRAPA, 2008)

Mas o que de fato a EMBRAPA tem propiciado a sociedade venezuelana? Além de executar projetos viabilizados através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), a EMBRAPA tem sido uma das vias oficiais do Governo Brasileiro na assinatura de memorandos de entendimento para viabilizar e executar grandes projetos, como a criação do Serviço Nacional de Sementes, assinado em 2010. Tal projeto, no valor de US\$ 52 milhões (MRE, 2010) tinha por objetivo

Desenvolver uma ação integrada entre ambos Estados para execução de um Sistema Nacional de Produção de Sementes de Alto Valor Estratégico, que permita o incremento sustentável no rendimento e abastecimento total destes insumos em nível nacional sobre a base dos princípios de igualdade, respeito mutuo da soberania e reciprocidade de vantagens em conformidade com as respectivas legislações internas. (MRE, 2010)

Tal programa, já implantado, além da área de sementes que já começou a ser implantado, além de atuar na área de sementes, atuará na área da biotecnologia, procurando desenvolver melhorias genéticas. Na área animal, o projeto deve focar na elaboração de estratégias e soluções que amenizem as enfermidades bovinas, ovinas e caprinas (EMBRAPA, 2010).

Além de executar projetos amplos como esse, a EMBRAPA também realiza em território vizinho iniciativas viabilizadas através da Agencia Brasileira de Cooperação. Via cooperação técnica, membros do órgão brasileiro contribuem diretamente na formação de técnicos venezuelanos especializados em determinadas variedades agrícolas, como a mamona e a mandioca, por exemplo.

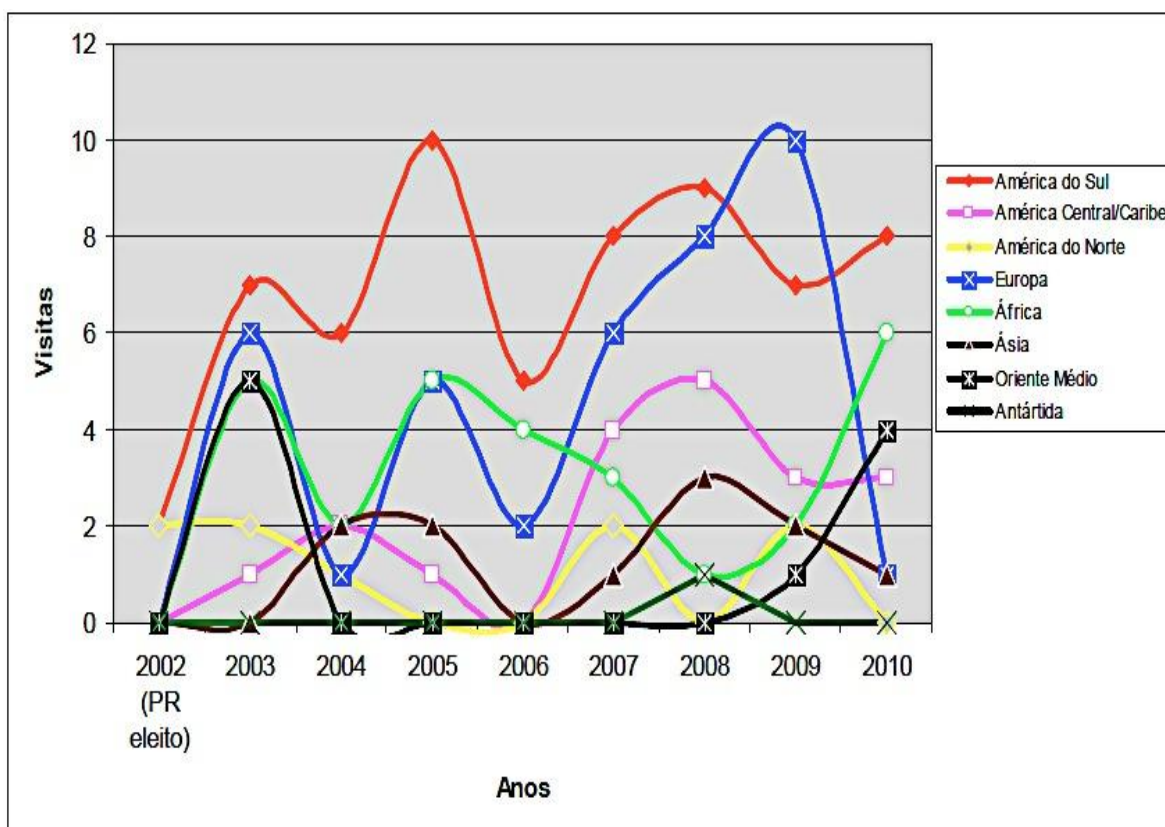
## **2.2 Visitas de Chefes de Estado**

Buscando entender melhor as relações entre ambos os países, foi realizada uma pesquisa nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores, que pudesse auxiliar não só a quantificar, mas a qualificar tais relações, a fim de identificar possíveis categorias – ou tipologia – no interior desse processo.

De acordo com os dados fornecidos pelo site do MRE, de 1994 até 2003, houve raros encontros entre os presidentes dos dois países vizinhos. O próprio ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em nenhum momento esteve em território venezuelano para tratar de quaisquer assuntos. Na função de vice-presidente da República, coube a Marco Antonio de Oliveira Maciel representar o Brasil cinco vezes entre 1995 e 2002. Os dados a seguir, entretanto, expõe uma outra realidade. O gráfico mostra os destinos das viagens realizadas pelo ex-presidente Lula em seus dois mandatos consecutivos de 2003 a 2010:



**FIGURA 1 – Evolução do destino das visitas presidenciais brasileiras, de 2003 a 2010.**



FONTE: Relatório sobre a Política Externa Brasileira 2003 – 2010 (MRE)<sup>39</sup>

O gráfico demonstra um foco voltado para a América do Sul durante o período, evidenciando uma política externa direcionada à integração Sul Americana. Até então, as visitas internacionais não eram regulares e a América do Norte aparecia com frequência na agenda das relações internacionais, o que indicava a intenção de aproximação com a grande potência norte-americana, tal como ocorrera na gestão de Fernando Henrique Cardoso.

Retomando o posicionamento diplomático estratégico do Brasil frente ao cenário internacional, percebe-se que o país passou por diversas fases, de acordo com cada mandatário. Barão do Rio Branco<sup>40</sup>, por exemplo, pretendeu posicionar o Brasil com um papel de sub-liderança regional, ao aceitar a preeminência norte-americana em todo o

<sup>39</sup> MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Visitas Internacionais e nacionais do Ministro Celso Amorim e visitas de Ministros de Negócios Estrangeiros ao Brasil**. Brasília, 2010.

<sup>40</sup> José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, (Rio de Janeiro, 1845 —1912) foi um advogado, diplomata, geógrafo e historiador brasileiro. Foi Cônsul Geral em Liverpool de 1876 a 1893 e Ministro das Relações Exteriores de 1902 a 1912. É patrono da diplomacia brasileira e tido como uma das Figuras mais importantes da história nacional.

continente, e ampliar sua margem de ação na vizinhança. Com a Política Externa Independente (PEI), na década de 1960, o Brasil buscou se destacar como um dos líderes dos países terceiro-mundistas, colocando-se na posição de país latino-americano em desenvolvimento. A noção de liderança estava ligada ao desenvolvimento, e a liderança temática seria um movimento conjunto e benéfico para todos.

Na década de 1990, com os governos de Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, a política externa ganhou novos contornos, com a construção da identidade sul-americana do Brasil. Na gestão de Fernando Henrique, a concepção de liderança desenvolvida era entendida como consequência natural da proeminência econômica (VIGEVANI, 2007, p. 273).

Em contraste, o governo Lula desenvolveu uma noção própria de liderança, inserindo-a junto à ampla estratégia de autonomia pela diversificação (VIGEVANI, 2007, p. 280). Por esse caminho, a América do Sul era tida como estratégica, servindo de plataforma para aumentar o poder de barganha e negociação frente ao cenário internacional. A concepção defendida pelo ex-presidente Lula levava em conta diversos outros fatores. Pode-se dizer que o caráter não hegemônico da liderança, a generosidade, solidariedade e os objetivos comuns da região configurariam um norte para as relações internacionais do Brasil com seus vizinhos sul-americanos (DOMINGUES, 2011, p. 65).

Já o quadro a seguir retoma a agenda das viagens internacionais dos chefes de governo realizadas no período de 2003 a 2010. Esses dados revelam as tendências de aproximação com países da América do Sul.

**FIGURA 2 – Total de visitas internacionais do Sr. Presidente do Brasil, por país ou território, de 2002 a 2010.**

TOTAL DE VISITAS INTERNACIONAIS DO SR PR POR PAÍS OU TERRITÓRIO 2002-2010											
País	Bilaterais	Multilaterais	País	Bilaterais	Multilaterais	País	Bilaterais	Multilaterais	País	Bilaterais	Multilaterais
Venezuela	13	3	Países Baixos	3	0	Argélia	1	0	Namíbia	1	0
Argentina	12	8	Itália	2	4	Áustria	1	0	Nicarágua	1	0
Bolívia	7	2	Rússia	2	2	Benin	1	0	Noruega	1	0
EUA	6	10	China	2	1	Botsuana	1	0	Palestina	1	0
Paraguai	6	3	Índia	2	1	Burkina Faso	1	0	Panamá	1	0
Colômbia	6	1	Angola	2	0	Cameroun	1	0	Quênia	1	0
Uruguai	5	4	Moçambique	3	0	Cazaquistão	1	0	Rep. Dominicana	1	0
Espanha	5	2	Turquia	2	0	Congo	1	0	Rep. Tcheca	1	0
França	5	1	Ucrânia	2	0	Costa Rica	1	0	Senegal	1	0
Chile	4	4	Vaticano	2	0	Egito	1	0	Síria	1	0
Peru	4	3	Japão	1	2	Emirados Árabes	1	0	Tanzânia	1	0
Reino Unido	4	2	Dinamarca	1	2	Finlândia	1	0	Timor Leste	1	0
Cuba	4	0	Guiana	1	2	Gabão	1	0	Vietnã	1	0
Portugal	3	4	Bélgica	1	1	Guiné-Bissau	1	0	Zâmbia	1	0
México	3	3	Cabo Verde	1	1	Guiné Equatorial	1	0	Suíça	0	7
África do Sul	3	2	Catar	1	1	Honduras	1	0	Suriname	0	1
Alemanha	3	2	Coreia do Sul	1	1	Indonésia	1	0	Trinidad & Tobago	0	1
Equador	3	1	Gana	1	1	Irã	1	0	<b>Território</b>	<b>Bilaterais</b>	<b>Multilaterais</b>
El Salvador	3	1	Nigéria	1	1	Israel	1	0	Antártida	1	0
Guatemala	3	0	São Tomé e Príncipe	1	1	Jamaica	1	0	Guiana Francesa	1	0
Haiti	3	0	Suécia	1	1	Jordânia	1	0			
Líbia	3	0	Arábia Saudita	1	0	Líbano	1	0			

FONTE: Relatório sobre a Política Externa Brasileira 2003 – 2010 (MRE)

Observa-se que foram feitas 267 visitas em 83 países e 2 territórios, sendo a Venezuela a campeã de encontros bilaterais. Em segundo lugar, está a Argentina, que hoje é uma grande parceira comercial do Brasil.

A posição da Venezuela em primeiro lugar, além de mostrar afinidades entre os governantes dos dois países, evidencia que ambos os presidentes estavam comprometidos em sua agenda sócio econômica com pontos em comum.

Analisando sob o prisma inverso, eis a quantidade de chefes de estado estrangeiros que visitaram o Brasil nesse mesmo período:

**FIGURA 3 – Resumo estatístico dos lugares de origem dos Chefes de Estado que visitaram o Brasil, de 2003 a 2010.**

RESUMO ESTATÍSTICO CHEFES DE ESTADO E GOVERNO 2003-2010									
ORIGEM DOS LÍDERES VISITANTES									
Região	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
América do Sul	18	12	11	14	7	18	17	10	107
América Central/Caribe	1	1	4	4	3	5	3	7	28
América do Norte	0	3	1	1	2	1	1	0	9
Europa	15	4	4	4	6	11	6	6	56
África	5	4	11	6	5	1	9	7	48
Ásia	2	6	0	1	1	5	4	2	21
Oriente Médio	0	1	3	0	0	1	2	6	12
<b>Total</b>	<b>41</b>	<b>31</b>	<b>34</b>	<b>30</b>	<b>24</b>	<b>42</b>	<b>42</b>	<b>37</b>	<b>281</b>

**FONTE: Relatório sobre a Política Externa Brasileira 2003 – 2010 (MRE)**

Observa-se que a quantidade de visitas de líderes de países sul-americanos ao Brasil é praticamente 12 vezes maior do que de visitas de líderes norte-americanos ao país. Além disso, o número de visitas de líderes africanos é bastante significativa, quase equivalente ao número de visita de europeus, o que indica que a política externa do Brasil estava realmente focada em países em desenvolvimentos, na lógica Sul-Sul de cooperação. Fato muito interessante, uma vez que visando se consolidar como *global player* no cenário internacional, o Brasil investe no fomento e consolidação de parcerias justamente com outros países que se encontram em situações similares.

O quadro a seguir mostra a procedência dos Chefes de Estado estrangeiros que visitaram o Brasil no período em estudo:

**FIGURA 4 - Total de visitas de Chefes de Estado ao Brasil durante os anos de 2003 a 2010, separados por países e territórios.**

TOTAL DE VISITAS DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO AO BRASIL POR PAÍS 2003-2010									
Pais	Visitas	Pais	Visitas	Pais	Visitas	Pais	Visitas	Pais	Visitas
Venezuela	20	Índia	3	Nigéria	2	Djibouti	1	Mongólia	1
Argentina	13	Jamaica	3	Países Baixos	2	Eslovênia	1	Montenegro	1
Colômbia	12	Moçambique	3	Panamá	2	Filipinas	1	Nicarágua	1
Bolívia	11	Noruega	3	Rep. Dominicana	2	Gâmbia	1	Paquistão	1
Paraguai	10	Palestina	3	Rep. Tcheca	2	Gana	1	Polónia	1
Peru	10	Senegal	3	S. Tomé e Príncipe	2	Indonésia	1	Reino Unido	1
Equador	8	Suécia	3	Síria	2	Irã	1	Rep. Congo	1
Uruguai	8	Suriname	3	Trinidad e Tobago	2	Irlanda	1	Roménia	1
Portugal	7	Angola	2	Antígua e Barbuda	1	Israel	1	S. Cristóvão e Névis	1
Cabo Verde	6	Áustria	2	Argélia	1	Japão	1	Serra Leoa	1
Chile	6	Botsuana	2	Belarus	1	Jordânia	1	Sérvia	1
Guiana	5	Bulgária	2	Belize	1	Kuaite	1	Tailândia	1
México	5	Canadá	2	Benin	1	Letónia	1	Timor-Leste	1
Rússia	5	China	2	Burkina Faso	1	Libéria	1	Turquia	1
África do Sul	4	Coreia do Sul	2	Butão	1	Libia	1	Ucrânia	1
Espanha	4	EUA	2	Cameroun	1	Lituânia	1	Uganda	1
França	4	Finlândia	2	Catar	1	Luxemburgo	1	Uzbequistão	1
Haiti	4	Guatemala	2	Cazaquistão	1	Malásia	1	Vaticano	1
Honduras	4	Guiné Equatorial	2	Cingapura	1	Malauí	1	Vietnã	1
Alemanha	3	Itália	2	Costa Rica	1	Mali	1	Zâmbia	1
El Salvador	3	Libano	2	Cuba	1	Marrocos	1		
Guiné-Bissau	3	Namíbia	2	Dinamarca	1	Mauritânia	1		

**FONTE: Relatório sobre a Política Externa Brasileira 2003 – 2010 (MRE)**

Visitaram o Brasil, no período de 2003 a 2010, representantes de 108 países, num total de 281 visitas. Assim como no caso inverso, a Venezuela aparece novamente em primeiro lugar, somando 20 visitas ao Brasil. Com esse dado, fica claro que Chávez considerava importante manter boas relações com o Brasil, uma vez que essa parceria poderia gerar frutos concretos, não só através de parcerias pontuais, integrações produtivas e intercâmbio tecnológico, mas principalmente contando com o apoio do Brasil em situações político-diplomáticas como, por exemplo, no caso de questões relativas ao MERCOSUL e tensões no cenário regional.

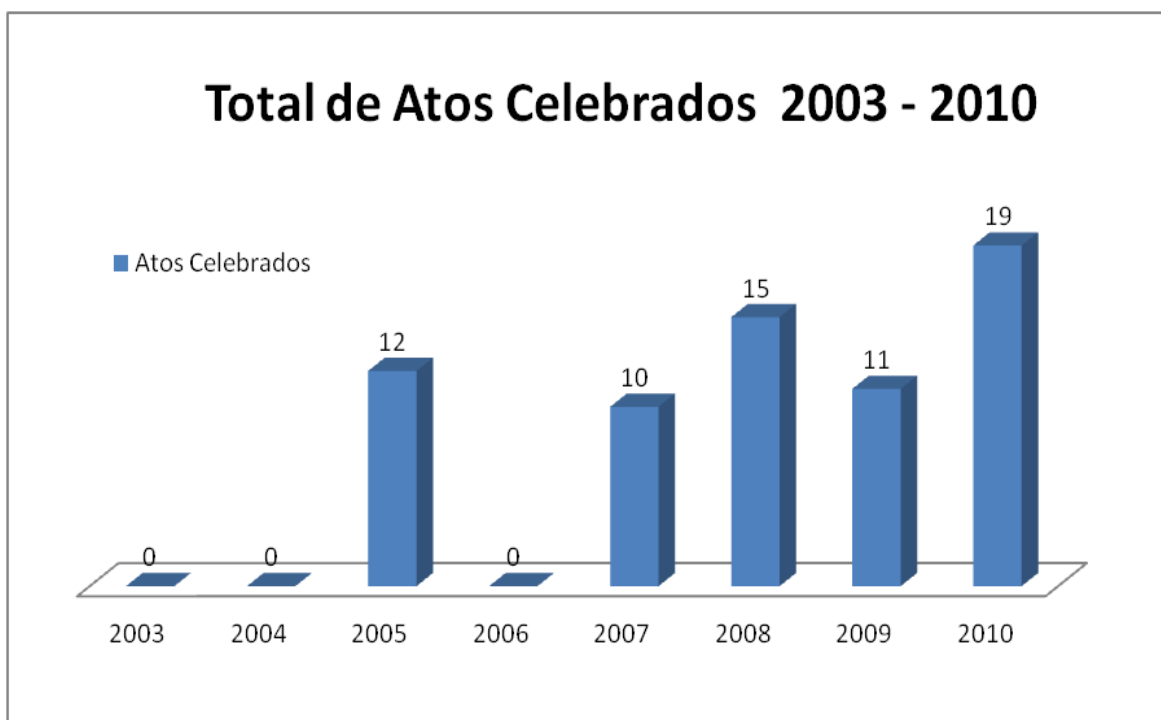
Analisando ainda a Figura 4, percebe-se o elevado número de países que incluíram o Brasil em suas agendas de visitas oficiais, o que demonstra interesse ou inclinação ao estabelecimento de possíveis vínculos. Abre-se espaço para o Brasil, não só em âmbito regional e continental, mas também em âmbito mundial.

### 2.3 Atos Internacionais

Com o objetivo de fazer um panorama de todas as relações entre ambos os países, foram elencados, divididos e categorizados todos os atos oficiais internacionais celebrados durante os governos de Lula e Hugo Chávez. Procura-se com isso entender por quais vias se deram as relações e quais setores eram mais interessantes nesse processo. As informações aqui expostas foram recolhidas de documentos oficiais e de relatórios do MRE sobre a política externa do Brasil na América do Sul no período 2003 e 2010. Dessa maneira, encontram-se listados e datados em ordem cronológica todos os Atos assinados. As diferentes cores referem-se aos diferentes setores contemplados na pesquisa. A relação detalhada dos Atos encontra-se nos anexos. A partir dos dados recolhidos, foram elaborados os gráficos, a fim de se visualizar possíveis indicadores quantitativos e qualitativos.

De acordo com a prática diplomática brasileira, existem diferentes tipos de Atos que dois países podem estabelecer ou celebrar entre si, com variações em conteúdo e teor das obrigações ali escritas, sendo eles: Tratado, Convenção, Acordo (e suas variações), Ajuste Complementar, Memorando de Entendimento, Protocolo e Convênio Interinstitucional. Nessa pesquisa específica, apareceram, com maior frequência, os Acordos, Ajustes Complementares e Memorandos de Entendimento. Os primeiros são usados, em geral, em situações de negociação bilateral de natureza econômica, política, comercial, científica ou técnica. Já os Ajustes Complementares destacam-se pelo fato de serem a modalidade pela qual a Agência Brasileira de Cooperação coordena seus projetos de cooperação técnica. Com um caráter mais técnico – administrativo, esses Ajustes Complementares tendem a se caracterizarem como Programas Executivos. Por último, o Memorando de Entendimento é uma maneira simplificada de registrar princípios em comum que nortearão as partes envolvidas (MRE, 2008).

**FIGURA 5 – Total de Atos Internacionais celebrados entre o Brasil e a Venezuela, de 2003 a 2010.**



**FONTE:** Elaboração própria com base no Sistema Atos Internacionais do MRE.

A partir do gráfico anterior, pode-se ter uma ideia da evolução dos 67 Atos assinados com a Venezuela durante o governo Lula e Chávez. As colunas do gráfico aparecem descontínuas e instáveis, evidenciando três anos sem nenhum tipo de acordo formal entre os países. Porém, fica claro o salto quantitativo do último ano do governo Lula, em relação aos anos anteriores. Mesmo quando comparado a 2008, com 15 Atos, 2010 apresenta um aumento de 20% em assinaturas. Vale lembrar que apesar da não existência de Atos Diplomáticos nos anos de 2003, 2004 e 2006, houve um momento em que Lula e Chávez mantiveram contato, voltando os olhares para as parcerias entre a Petrobras e a PDVSA (2003) e através do III Encontro Empresarial Brasil – Venezuela em Manaus (2004). Em 2008, por exemplo, dos 73 Atos Internacionais<sup>41</sup> assinados, 15 foram diretamente com a Venezuela. Isso significa que 20% de toda diplomacia brasileira estavam voltadas para um único país.

Se compararmos o gráfico com a série histórica de protocolos assinados, veremos que foram assinados 34 atos bilaterais no intervalo de 136 anos entre 1856 até 1996, contra

<sup>41</sup> Sistema Atos Internacionais (MRE)

67 atos apresentados no intervalo analisado<sup>42</sup>. Sem dúvida, esse crescimento indica, uma vez mais, a aproximação entre os dois governantes e reflete suas intenções em comum. O salto quantitativo é enorme. Em apenas 8 anos, foram assinados do que o dobro que fora assinado até então. Sem dúvida esse crescimento mais uma vez indica a aproximação entre os dois mandatários e reflete seus interesses comuns. É visível também que dentre desse intervalo histórico de mais de 100 anos<sup>43</sup>, o maior volume de atos se concentra após a queda do Regime Militar, indicando uma possível influência da Doutrina Betancourt até então vigente.

**FIGURA 6 – Total de Atos Internacionais entre o Brasil e a Venezuela celebrados por setor, entre 2003 e 2010.**



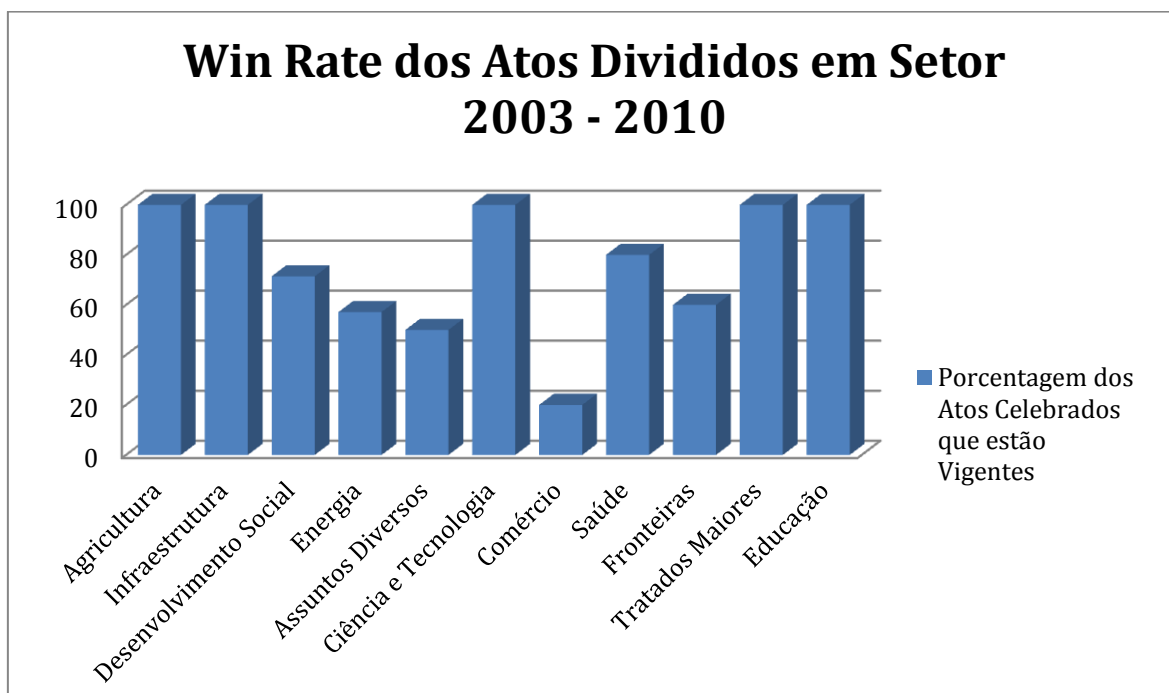
**FONTE:** Elaboração própria com base no Sistema Atos Internacionais do MRE.

<sup>42</sup> Sistema Atos Internacionais, MRE..

<sup>43</sup> Idem.



**FIGURA 7 – Win Rate dos Atos Internacionais entre o Brasil e a Venezuela divididos por setor (2003-2010).**



**FONTE:** Elaboração própria com base nos Sistema Atos Internacionais do MRE.

As Figuras 6 e 7 permitem um olhar quantitativo e qualitativo dos Atos bilaterais. O primeiro mostra a distribuição total de Atos (incluindo aqueles em tramitação e os não vigentes) em cada setor específicos. O segundo mostra a porcentagem média de sucesso de um Ato, isto é, expõe a relação quantidade de atos vigentes/quantidade de atos totais. Nesse sentido, o setor agrícola além de se destacar entre os demais setores, é também o que detém maior porcentagem de sucesso. Dos 15 Atos celebrados, 15 foram aprovados e entraram em vigência. Em segundo lugar, em termos de eficácia, aparece o setor de infraestrutura, com projetos de construção de polos de desenvolvimento e melhorias da infraestrutura de saneamento básico em território venezuelano. Apesar de terem acontecido em menor número, apresentaram 100% de vigência. Logo após os dois principais setores em termos de eficácia – agricultura e infraestrutura -, aparece a área do desenvolvimento social. Tal área, bastante presente no discurso de ambos os mandatários, apresentou 7 atos bilaterais, mas apenas 4 tornaram-se vigentes. Mesmo com um *win rate* não muito alto, é relevante considerar a quantidade de iniciativas nessa área.

Após ter analisado a distribuição dos Atos Internacionais, foi investigado o desenrolar de alguns projetos dentro de setores-chave, para avaliar seus resultados. As

informações contidas no relatório de política externa do MRE foram cruzadas com notícias de jornais e periódicos.

### 2.3.1 Agricultura

No campo da agricultura, foram assinados 15 atos bilaterais, dos quais 100% entraram em vigor. Segundo o MRE, os mais impactantes foram:

(a) Memorando de Entendimento entre a Embrapa e o INIA, assinado em 31/05/05; (b) Memorando de Entendimento para a Implementação de um Programa de Produção de Soja, assinado em 30/09/08; (c) Acordo sobre o Projeto de Cooperação Técnica para o Fortalecimento Agrícola na República Bolivariana da Venezuela, assinado em 28/04/10; (d) Ajustes Complementares para implementação de projetos de cooperação técnica.

Nesse contexto, a abertura do escritório da EMBRAPA em Caracas foi de extrema importância para o desenvolvimento dos projetos, uma vez que o operacional da instituição *in loco* pôde oferecer todo apoio técnico e científico necessário. Como resultado disso, a EMBRAPA firmou parcerias com o *Instituto Nacional de Investigaciones Agrícolas* (INIA) para desenvolver novas tecnologias agrícolas e romper com os laços de dependência tecnológica norte-americana (FONTE). O convênio custou mais de 50 milhões de dólares e teve a duração de 3 anos, com plano de ação em áreas distintas: cultivo de novas culturas, agricultura familiar e produção de aves em larga escala. Além disso, a primeira colheita de soja produzida na Venezuela com assessoria da Embrapa, em El Tigre, foi visitada pelos Presidentes em outubro de 2009, evidenciando que os objetivos propostos foram alcançados (MRE).

### 2.3.2 Energia

No campo da energia, tema recorrente na mesa de negociações Brasil – Venezuela, foram assinados 8 Atos, dos quais 5 entraram em vigor. Dentre eles:

(a) Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Indústria do Etanol Combustível entre o MME do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela (14/02/05); (b) MoU entre o MME do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Energia e Petróleo da Venezuela para a Interconexão Elétrica (27/06/08); (c) Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica no Setor Elétrico (16/01/09); (d) MoU entre Brasil e Venezuela em Matéria de Energia Elétrica (28/04/10).

Além dos empreendimentos da Petrobrás em parceria com PDVSA já citados anteriormente, é interessante lembrar a interconexão elétrica na fronteira com Roraima. O “Linhão de Guri” –como se denomina essa interconexão elétrica - foi concebido durante o governo de Fernando Henrique Cardoso em 1998, para solucionar um grave problema de abastecimento de energia no estado de Roraima. Inaugurado três anos depois, ele leva energia produzida no complexo de Macagua na Venezuela para o estado brasileiro, abastecendo-o completamente. Apesar de o projeto ter gerado economias de R\$ 120 milhões/ano<sup>44</sup> em gastos com termoelétricas, o fato de depender da energia venezuelana gera certa desconfiança, uma vez que é frequente que aquele país sofra crises de abastecimento de água e eletricidade. Além do já concluído “Linhão de Guri”, existem também as diversas iniciativas entre Petrobras e a Braskem, tal como já fora exposto anteriormente. Destacam-se, porém, as iniciativas propostas em 2005, cujos desdobramentos envolviam outras empresas, como a Braskem e a Pequiven (Petroquímica de Venezuela S.A.) que firmaram contratos de compra e venda de polietileno e polipropileno pela Braskem. Além disso, foi firmado contrato para fornecimento de nafta petroquímica pela PDVSA à Braskem. O aumento na venda desse produto representa quase metade do total exportado pela Venezuela ao Brasil e tem impactado na balança comercial dos dois países, que se mantém bem mais pesada –favorável, portanto- do lado brasileiro (ESTADÃO, 2008). Outras iniciativas, como a exploração do petróleo pela Petrobras na faixa do rio Orinoco e a criação do Banco de Desenvolvimento do Sul e da empresa de mineração Carbosuramerica S/A não foram colocadas em prática. Em 2009 e 2010, também não se pode deixar de mencionar a crise energética que assolou a Venezuela e relacioná-la com os atos bilaterais assinados naquela época<sup>45</sup>.

Decerto, o Brasil tem assumido um papel de auxiliar seus vizinhos no enfrentamento de situações delicadas de crise, quanto à geração e distribuição de energia elétrica, além de incentivar a exploração conjunta de hidrocarbonetos.<sup>46</sup> O governo formou uma missão especial composta de técnicos e especialistas que foram à Venezuela ministrar palestras e trocar experiências brasileiras sobre o racionamento de 2001/2002 e auxiliar nas

---

<sup>44</sup> Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,roraima-depender-da-venezuela,465178,0.htm> acesso em novembro de 2012.

<sup>45</sup> Disponível em <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL1469614-5601,00-EM+CRISE+ENERGETICA+VENEZUELA+DEVERA+RECEBER+AJUDA+DO+BRASIL+DIZ+JORNAL.html> acesso em novembro de 2012.

<sup>46</sup> Idem.

campanhas públicas de conscientização da população sobre a importância da economia elétrica. Foi formada também uma delegação composta de representantes da Eletronorte, Eletrobrás, Furnas e Itaipu, que viajou até a Usina de Guri para avaliar as condições da usina hidrelétrica e propor melhorias.

Na pauta de integração energética com países vizinhos, como Venezuela, Guiana e Suriname, o tema da energia renovável está em alta. Nesse sentido, alguns Atos têm buscado aumentar a capacidade de produção do biocombustível por meio do aperfeiçoamento das técnicas de produção e também auxiliar na elaboração de legislações que incentivem esse tipo de energia.

### **2.3.3 Ciência e Tecnologia**

No campo da Ciência e Tecnologia foram celebrados 5 acordos, dos quais todos entraram em vigência. Seguem os principais:

(a) Memorando de Entendimento no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica (14/02/05); (b) Acordo-Quadro de Cooperação em Ciência e Tecnologia Espacial (27/06/2008); (c) Memorando de Entendimento entre o Ministério do Poder Popular para Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias da Venezuela e o Ministério das Comunicações do Brasil para a Implantação da Radiodifusão de Televisão Digital Terrestre na Venezuela (30/10/09); (d) Carta de Intenções entre a SUFRAMA e o Ministério do Poder Popular para Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias – MPPCTII (30/10/09).

Merece destaque a implantação do sistema de televisão digital no país. Tomando como exemplo a experiência brasileira e utilizando-se da infraestrutura de países vizinhos, incluindo o Brasil, a Venezuela aderiu ao padrão nipo-brasileiro (ISDBT) e promete dar continuidade ao projeto da convergência de sistemas de TV digital ampliando dessa forma o acesso à comunicação e à informação. Além desse tema, entraram em pauta o intercâmbio de conhecimento em matéria de tecnologia aéreo espacial, trazendo técnicos venezuelanos ao Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e também o desenvolvimento de tecnologias que contribuíssem para a preservação da enorme biodiversidade presente na região amazônica.

É interessante mencionar também a interconexão por fibras óticas entre Roraima e a Venezuela, inaugurado ainda durante o governo Lula. O sistema de cabos instalados entre Boa Vista e Caracas e operado pela Eletronorte em parceria com a CANTV

(*Compañia Anónima Nacional Teléfonos de Venezuela*) passou a levar internet de alta velocidade à boa parte do território de Roraima, inclusive à cidades mais isoladas. Para Roraima, esse projeto significou um considerável salto, tornando-a mais apta para receber investimentos cada vez maiores. (CARMO, 2012, p.12)

### **2.3.4 Desenvolvimento Social**

Na área de Desenvolvimento Social, foram celebrados 7 acordos, dentre os quais 5 entraram em vigor e 2 não. Como exemplo, temos os seguintes atos:

(a) Memorando de Entendimento entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Mulher e a Igualdade de Gênero da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de “Centros Binacionais de Assistência às Mulheres Migrantes na Fronteira Brasil-Venezuela” (28/04/10); (b) Primeiro Plano de Ação Brasil-Venezuela (06/08/10).

Com a definição do chamado “Gabinete Social” – espaço oficial de discussões e debates entre autoridades governamentais -, onde se reuniam os mandatários do Brasil e Venezuela para discutirem fundamentalmente experiências sobre programas sociais de seus países, o tema ganhou impulso. O diálogo foi ampliado a foram eleitos Ministérios encarregados de políticas para grupos específicos nos dois países, especialmente em regiões fronteiriças. Por exemplo, durante o encontro presidencial ocorrido em abril de 2010, foi assinado um memorando entre Ministérios, dedicado exclusivamente à proteção dos direitos das mulheres. O projeto saiu do papel, e em 2012 foi inaugurada a primeira unidade do Centro Binacional de Atendimento às Mulheres em Pacairama, que visa assistir mulheres migrantes vítimas de violência e encaminhá-las para atendimento posterior em ambos os países. Paralelamente, também foi instalado um comitê de fronteira para atender as vítimas de violência na região.

Sem dúvida, os projetos de desenvolvimento social em cooperação com o governo venezuelano tinham como ponto de partida uma agenda semelhante dos presidentes, que davam prioridade ao combate da pobreza e à melhoria da qualidade de vida, predispondo para um entendimento mútuo.

### 2.3.5 Saúde

No campo da saúde, foram firmadas cinco parcerias, das quais quatro entraram em vigência. Entre 2003 e 2010, merecem destaque as seguintes iniciativas:

(a) Ajustes Complementares para implementação dos seguintes projetos de cooperação técnica: (i) Desenvolvimento do Instituto de Altos Estudos em Saúde Dr. Arnaldo Gabaldon (13/12/07); (ii) Apoio Técnico para Implantação e Implementação de Bancos de Leite Humano na Venezuela (13/12/07); (iii) Capacitação dos Recursos Humanos do Serviço Autônomo da Controladoria Sanitária da Venezuela e Controle dos Produtos de Uso e Consumo Humano (13/12/07); (iv) Fortalecimento da Vigilância e Controle dos Resíduos e Contaminantes nos Alimentos da Venezuela (13/12/07).

Tais parcerias aqui citadas foram realizadas através da ABC, com participação ANVISA, Fundação Oswaldo Cruz e EMBRAPA. Entre as ações de maior impacto, pode-se citar a criação de bancos de leite e de ações de conscientização de prevenção ao HIV/AIDS. Apesar de a iniciativa datar de relações anteriores com o Brasil em 1973, só em 2010 houve uma significativa ampliação dos bancos de leite e também maior ênfase no treinamento de profissionais venezuelanos propiciado pelo Ministério da Saúde. Entre 2006 e 2008, a amamentação infantil aumentou 27% naquele país<sup>47</sup>. Com certeza tal melhora reflete também a cooperação brasileira como coadjuvante.

Vale ressaltar que esses projetos de cooperação técnica na área de saúde são focados na população fronteira, especialmente nas comunidades indígenas e isoladas, que recebem assistência direta dos recém-criados grupos de trabalho. Tais grupos, criados em 2009, realizam reuniões periódicas em Boa Vista e Santa Elena de Uairén, nas quais são discutidos e elaborados Planos de Ação nas mais variadas áreas de saúde, como saúde indígena, assistência e prevenção do HIV/AIDS, vigilância sanitária, saúde ambiental e vigilância epidemiológica. Essa iniciativa faz parte de um amplo programa de cooperação técnica com os demais países amazônicos e visa melhorar as condições de saúde nessas áreas fronteiriças.

---

<sup>47</sup> FioCruz, 2008

### **2.3.6 Educação**

A última categoria analisada pelo MRE foi a educação, apresentando somente 2 acordos celebrados, ambos vigentes. Listam-se a seguir os mais relevantes:

(a) Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação do Brasil e o Ministério do Poder Popular para Educação Superior da Venezuela (26/03/08); (b) Memorando de Entendimento entre o Ministério do Poder Popular para Educação Superior da Venezuela e a Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Brasil (CAPES) (26/03/08).

Esses acordos influem positivamente no intercâmbio de estudos em níveis de graduação (PEC-G) e pós-graduação (PEC-PG) entre o Brasil e a Venezuela. Ao longo de 2009, 102 estudantes venezuelanos foram aceitos em instituições de ensino superior brasileiras, através de programas PEC-G e PEC-PG ou por contato direto com as instituições. No ensino básico, os atos se aplicam em ações fronteiriças, especialmente no que tange ao ensino bilíngue, espanhol e português. Nesse sentido, o projeto “Escolas de Fronteira” vem sendo implementado desde 2009 em diferentes escolas básicas de Santa Elena de Uiarén e Pacaraima. A unidade venezuelana é apenas um dos nove polos desse projeto, que possui escolas em diversos países fronteiriços com o Brasil.

### **2.4 Relações Comerciais Brasil – Venezuela**

Não só no âmbito institucional e diplomático repousam as relações Brasil – Venezuela. Atualmente, a balança comercial entre os dois países produz um superávit considerável, a favor do Brasil. Há pouco mais de uma década, falava-se de um intercâmbio comercial no patamar de algumas centenas de milhares de dólares, com frequentes déficits para a balança brasileira. Atualmente, só no período de janeiro a setembro de 2012, a corrente de comércio entre os dois países já ultrapassa a marca dos US\$ 4,5 bilhões, com saldo positivo e favorável ao Brasil de aproximadamente US\$ 3

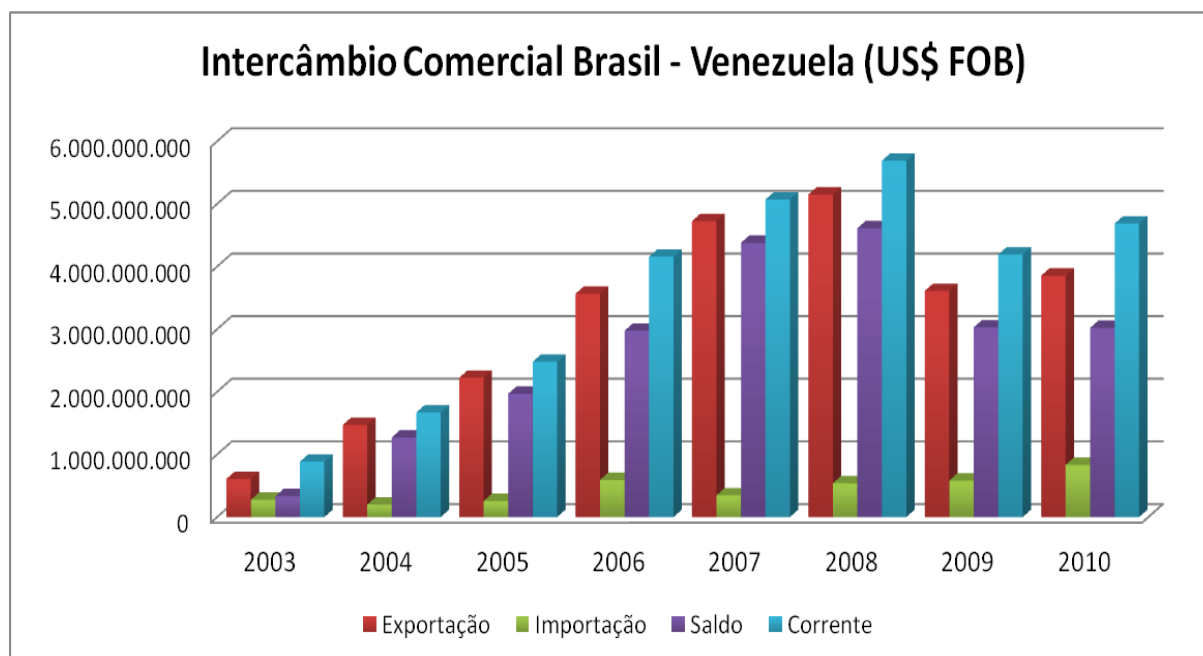
bilhões<sup>48</sup>. De acordo com os gráficos a seguir, pode-se ter uma visão mais objetiva do comércio entre ambos os países:

**FIGURA 8 – Intercâmbio comercial Brasil-Venezuela, de 2003 a 2010.**

Intercâmbio Comercial Brasil - Venezuela (US\$ - FOB)				
Ano	Exportação	Importação	Saldo	Corrente
2003	608.229.076	275.154.451	333.074.625	883.383.527
2004	1.469.802.005	199.083.320	1.270.718.685	1.668.885.325
2005	2.223.705.818	255.605.407	1.968.100.411	2.479.311.225
2006	3.565.424.415	591.553.378	2.973.871.037	4.156.977.793
2007	4.723.939.986	345.924.595	4.378.015.391	5.069.864.581
2008	5.150.187.992	538.772.712	4.611.415.280	5.688.960.704
2009	3.610.339.282	581.593.287	3.028.745.995	4.191.932.569
2010	3.853.971.840	832.667.132	3.021.304.708	4.686.638.972

FONTE: Elaboração própria com base nos dados do MDIC.

**FIGURA 9 – Evolução do intercâmbio comercial Brasil-Venezuela, de 2003 a 2010.**



FONTE: Elaboração própria com base nos dados do MDIC.

<sup>48</sup> Dados fornecidos pelo MDIC.



Os números apontam um aumento significativo no volume total dos bens transacionados, partindo de US\$ 883,38 milhões em 2003 e atingindo US\$ 4,68 bilhões em 2010, evidenciando um aumento de 500%. Ao combinar o crescimento econômico e adotar a estratégia política de encarar o Brasil como um parceiro comercial preferencial, as vendas brasileiras àquele país saltaram bastante, saindo do patamar relativamente baixo em que se encontravam desde os anos 1980 (SEVERO, 2012, p.1). Se compararmos o montante exportado em 2003 e 2008, veremos que os US\$ 600 milhões exportados em 2003 triplicou de tamanho cinco anos mais tarde, superando US\$ 2 bilhões. Em 2009, apesar de a crise internacional ter influenciado negativamente as exportações brasileiras, as vendas para a Venezuela alcançaram valores ainda altos, na casa dos US\$ 3,6 bilhões. Em 2010, as exportações eram de US\$ 3,6 bilhões e a trajetória permanece crescente até hoje<sup>49</sup>.

No primeiro ano do período analisado, as exportações brasileiras representavam somente 0,8% do total vendido ao mundo. Já em 2010, o percentual subiu para 1,5%. Em sua pauta de exportação, em 2009, o Brasil figurava como o segundo maior fornecedor de automóveis e autopeças à Venezuela, o terceiro maior exportador de eletroeletrônicos, de máquinas, equipamentos e alimentos, e o sexto no ramo da indústria farmacêutica. Entretanto, ao analisar a evolução do comércio internacional, percebe-se a grande disparidade existente em termos reais; há um expressivo superávit favorável ao Brasil.

Por outro lado, as compras brasileiras de produtos venezuelanos foram elevadas em torno dos US\$ 970 milhões até a crise da dívida externa, no início dos anos 1980. Na década seguinte, especialmente nos anos finais, o fluxo melhorou e o volume chegou a US\$ 1 bilhão. Nos anos 2000, observou-se uma queda das importações, até atingir a quantidade mínima de US\$ 200 milhões em 2004. Ao longo dos 8 anos de governo Lula, o valor cresceu de maneira constante, sendo seu valor final de US\$ 600 milhões, mais do que o dobro do valor inicial. Nos últimos anos, o Brasil comprou mais da Venezuela: em 2010, foram importados US\$ 832 milhões e, somente durante o primeiro semestre de 2011, foram transacionados mais de US\$ 610 milhões, demonstrando o maior resultado desde o início da década.

---

<sup>49</sup> De acordo com dados do MDIC, só até novembro de 2012, a corrente de comércio já ultrapassa os US\$ 5 bilhões.

Pelo conceito da “cobertura comercial”<sup>50</sup> pode-se constatar que houve assimetria nas relações comerciais. Em 2005, este índice era de 8,7, saltando para 13,7 em 2007 e 9,6 em 2008. Em outras palavras, para cada dólar gasto na importação de um produto de seu vizinho, a Venezuela gastava aproximadamente 10 dólares na compra de um produto brasileiro. O momento em que houve maior disparidade foi em janeiro de 2009, com um altíssimo índice de 17,5 (SEVERO, 2012, p.4).

Nesse sentido, como prevalece a visão de que a integração sul-americana se dá pela amenização e desconstrução das assimetrias presentes entre os países e da consequente complementação das cadeias produtivas regionais (SEVERO, 2012, p.3), o Itamaraty tem agido de forma a mudar esse cenário desfavorável.

Em 2003, o Brasil adotou o Programa de Substituição Competitiva de Importações (PSCI), com o objetivo de alavancar o comércio internacional entre o Brasil e seus vizinhos sul-americanos, buscando substituir, quando possível e a preços competitivos, as importações brasileiras de outros mercados por importações provenientes de países do sul do continente. Como aplicações práticas do Programa, podemos citar a compilação do guia “Como Exportar para o Brasil”; a criação de um grupo de trabalho e fomento composto pela ANVISA, INMETRO, MDIC, SEBRAE, Banco do Brasil e outras instituições; o financiamento de pesquisas de mercado para identificar produtos que o Brasil poderia comprar dos países sul-americanos; estudos para a identificação da oferta exportável da América do Sul e da demanda nacional; e rodas de negócios multinacionais.

Já em 2008, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) lançou a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), dando continuidade à Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) de 2004. Dentre outros pontos, a iniciativa tinha por objetivo promover a integração produtiva e aumentar as compras brasileiras da América do Sul. Os grandes desafios estavam relacionados à implementação de cadeias produtivas, ao estímulo da exportação de países latino-americanos para o Brasil, ao financiamento e capitalização de empresas latino-americanas e também à integração da infraestrutura energética e logística. Além disso, entraram na pauta das discussões a importância de se manter estruturas voltadas para a integração regional, como a União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) o Fundo de Convergência Estrutural (FOCEM) e, mais recentemente, o Banco do Sul. Nesse sentido, o BNDES

---

<sup>50</sup> Observemos, ainda, a chamada “cobertura comercial”, entendida como o resultado da divisão das exportações pelas importações. A cobertura demonstra o grau de assimetria nas relações comerciais: quanto mais próxima de 1, mais simétricas; quanto mais distante de 1, menos simétricas.

também tem um papel importante no financiamento de grandes projetos internacionais, cuja contrapartida é a obrigatoriedade de contratação de empresas brasileiras e utilização de boa parcela de insumos também oriundos do Brasil.

Ainda em relação à “cobertura comercial” entre ambos os países, em 2010, o índice foi de 4,6, em 2011 esse índice caiu para 3,6 e se manteve estável até setembro de 2012. Apesar de o valor ainda permanecer alto evidenciando, portanto, uma assimetria comercial, a relação tornou-se menos desequilibrada: houve uma melhora. Nas importações brasileiras, 20% dos atuais produtos sequer apareciam na pauta em 2008. Aumentaram bastante as compras de produtos de origem química, polietileno, amoníaco, cimentos e laminados de alumínio e ferro. Nesse sentido, os estados que tem mais exportado para a Venezuela são: São Paulo, Rio Grande do Sul, Pará, Paraná e Minas Gerais. Juntos, eles representam mais de 70% de toda produção brasileira direcionada àquele país. Já os estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Bahia, Espírito Santo e Distrito Federal são os que mais importam, totalizando 75% do total de compras.<sup>51</sup>

Ao contrário de outros países da América do Sul - que compram petróleo majoritariamente da Venezuela-, as importações brasileiras da matéria-prima venezuelana representam apenas uma parcela mínima do total comprado do exterior. Em 2008, o Brasil importou 85% de petróleo oriundo de fora da América do Sul e somente 1% da Venezuela. No ano seguinte, foram gastos US\$ 19,9 bi em petróleos e derivados estrangeiros, dos quais menos de 2% vinham daquele país.

Na pauta de exportação brasileira de 2010, os seguintes itens apareceram como os mais comprados pela Venezuela: bovinos vivos (16%), cana de açúcar (10%), carne de galinha congelada (7%) e carnes de bovinos congeladas (4%). Fica claro que os produtos não têm nível tecnológico empregado. Entretanto, de acordo com dados do *Instituto Nacional de Estatísticas* (INE), os bens que o país mais importa incluem máquinas e aparelhos elétricos (33% do total de compras) e produtos das indústrias químicas (18% do total) (SEVERO, 2012). Tais bens de maior valor agregado têm sido importados principalmente de três lugares: Estados Unidos, Alemanha e China. Porém, com a entrada da Venezuela no MERCOSUL, é provável que os olhares se voltem ao vizinho do sul durante a compra de tais produtos. Cabe ao Brasil aproveitar essa oportunidade para incrementar sua pauta de exportação e incentivar o comércio desses produtos de maior tecnologia empregada.

---

<sup>51</sup> Segundo os dados do MDIC relativos ao ano de 2012.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando a postura e as ações de Lula e Chávez no período de 2003 a 2010, ficou claro o aumento de interesse de ambos, em suas políticas externas, em buscar a integração da América do Sul. Pela série de fatores aqui relatados - intenso histórico de relações bilaterais, presença de instituições públicas brasileiras em território venezuelano e parceria comercial -, observa-se que os dois países buscaram construir alianças duradouras que pudessem eventualmente lhes garantir benefícios no futuro. Essas alianças são facilitadoras de possíveis negociações em nível internacional mais amplo, seja qual for o tema ou o objeto de interesse, inclusive aqueles relacionados ao Conselho de Segurança da ONU<sup>52</sup>.

O futuro das relações Brasil – Venezuela dependerá de como Hugo Chávez lidar com as questões geopolíticas regionais e, principalmente, como se posicionará frente aos países da região. Nesse ponto, Lula também deixou claro que não se incomodava com as críticas que o presidente venezuelano recebia por seu estilo pouco democrático de governo. Mantendo a neutralidade, o ex-presidente também afirmou que não se juntaria ao mandatário venezuelano para disparar críticas contra o governo norte-americano. Utilizando-se de uma postura neutra, Lula soube relacionar-se muito bem com o companheiro venezuelano para negociar os interesses brasileiros. Resta saber se a atual presidente Dilma Rousseff seguirá na mesma linha. Ao que tudo indica, sim. Os encontros bilaterais têm se mantido constantes, novas propostas de integração têm-se colocado em pauta e o interesse brasileiro em continuar a se relacionar com a Venezuela foi manifestado pela própria presidente<sup>53</sup>.

---

<sup>52</sup> O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) tem como responsabilidade primária a manutenção da paz e segurança internacionais e capacidade jurídica para autorizar o uso da força e fazer cumprir suas decisões em caso de ruptura da paz ou de ameaça à paz e à segurança internacionais. Compõe-se atualmente de 15 membros, dez não permanentes, eleitos para mandatos de dois anos (sem possibilidade de reeleição imediata), e cinco membros permanentes, detentores de poder de veto (China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia). Esta é a décima vez que o Brasil ocupa assento não-permanente no Conselho de Segurança (CSNU), cargo para o qual foi eleito pela Assembleia Geral para o mandato 2010-2011. Brasil e Japão são os dois países que mais vezes ocuparam assento eletivo no CSNU, disponível em <http://www.brasil-cs-onu.com/brasil-no-conselho-de-seguranca-da-onu/> acesso em novembro de 2012.

<sup>53</sup> Após a vitória nas eleições de Hugo Chávez, a presidente pronunciou que o Brasil está pronto a colaborar com a Venezuela para a construção de uma América do Sul mais justa e igualitária, mediante o fortalecimento dos mecanismos de aproximação bilateral e integração regional, tais como o Mercosul, a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e a Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (Celac). Disponível em <http://blog.planalto.gov.br/dilma-parabeniza-hugo-chavez-por-vitoria-na-eleicao-presidencial-venezuelana/> acesso em novembro de 2012.

Na conjuntura comercial, sobram desafios e possibilidades. Conforme foi exposto anteriormente, a assimetria da balança comercial ainda é grande entre os dois países. Enquanto a Venezuela produzir enormes quantidades de petróleo e apresentar taxas positivas de crescimento econômico, a resposta pode estar ali mesmo. Uma maneira de reduzir a assimetria seria promover a importação de petrolíferos oriundos da Venezuela, através das próprias parcerias entre a PETROBRAS e a PDVSA. Assim, a integração produtiva apareceria como um importante instrumento de integração econômica e comercial. Com a adoção de políticas desenvolvimentistas nacionais, em conjunto com uma estratégia de articulação entre as cadeias produtivas de ambos os países, esse potencial poderia ser explorado. Dessa maneira, o Brasil seria mais do que um enorme mercado consumidor capaz de promover altos ganhos de escala à Venezuela. Seria também capaz de incrementar o valor agregado dos produtos estrangeiros, contribuir de forma eficaz na criação e expansão da demanda venezuelana e, por último, mudar a dinâmica de exportações de produtos primários. Nesse caminho, a Venezuela e outros países vizinhos poderiam se beneficiar da integração e desenvolver uma cadeia de suprimentos que pudesse fornecer de maneira rápida e segura os insumos industriais ao Brasil, unindo o aumento da produção interna à estrutura produtiva do Brasil. Focando no comércio regional, as importações recíprocas aumentariam, haveria redução da dependência de moedas conversíveis e também ampliação da margem de autonomia dos países periféricos, como a Venezuela.

O IPEA, em sua missão naquele país, elaborou dois relatórios intitulados “A Integração de Infraestrutura Brasil – Venezuela: a IIRSA (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana) e o Eixo Amazônica-Orinoco” e “Região Norte do Brasil e Sul da Venezuela: Esforço binacional para a Integração das cadeias produtivas” que apresentam o panorama e as possibilidades atuais das integrações produtivas entre os dois países. Ainda no âmbito comercial, a instabilidade política da Venezuela intimida empresários brasileiros. Segundo o diretor-executivo da CAVENBRA (Câmara de Comercio e Indústria Venezuelana – Brasileira), existe hoje mais de 90 empresários brasileiros interessados em fazer negócios naquele país. Por outro lado, a vitória recente de Chávez no pleito sobre o opositor Capriles afastou o receio que os empresários brasileiros tinham em ver os olhares comerciais se voltarem aos Estados Unidos e assim acabar por prejudicar a corrente de comércio com os demais países, principalmente o Brasil. Chávez provavelmente continuará se comprometendo com as grandes empresas regionais em troca de apoio político, garantindo que os negócios se mantenham rentáveis e que o projeto

bolivariano continue não ultrapassando o capitalismo de Estado<sup>54</sup>. Além disso, a entrada da Venezuela no MERCOSUL possivelmente trará mais segurança jurídica às transações, ajudando o país a desvencilhar-se do “Chávez demora, mas paga”, comentário de bastidores por empresários brasileiros.

No resumo da ópera sul-americana, o Brasil soube muito bem lidar com o excêntrico mandatário venezuelano, conseguindo manter-se a uma distância relativa, “segura” de seu vizinho. É interlocutor das questões regionais com a Venezuela, mas ao mesmo tempo não se deixa confundir com aquele país. Aos olhos da geopolítica mundial, o Brasil tomou a forma de um contrapeso à influência Chavista na América do Sul. Cabe ao país continuar lidando da melhor forma possível com seu vizinho do norte, buscando explorar as possibilidades que levem ao desenvolvimento e, ao mesmo tempo, mostrando-se solidário e diplomático, quando necessário.

---

<sup>54</sup> Disponível em [http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/10/120929\\_mercosul\\_venezuela\\_cj.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2012/10/120929_mercosul_venezuela_cj.shtml) acesso em novembro de 2012.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL; **Integração Produtiva Caminhos para o MERCOSUL**, Brasília, 2010.

BACOCINA, Denize. **Brasil e Venezuela: Aproximação e afastamento nos governos Lula e Chávez – 2003 a 2008**. Tese (Mestrado). UNB. Brasília, 2008.

**Banco Central de Venezuela**. <http://www.bcv.org.ve> Acesso em novembro de 2012.

BANDEIRA, Luiz. **O Brasil e a América do Sul**. Saraiva. São Paulo, 2006.

BARROS, Pedro. **Venezuela: Mudanças e Perspectiva – A razão chavista**. Fundação Alexandre Gusmão, 2007. Brasília, 2007.

BENAVENTE, José M. **Cuán dinámicas son las exportaciones intrarregionales latinoamericanas**. Macroeconomía del Desarrollo CEPAL. Santiago, 2002.

**Blog do Planalto**. <http://blog.planalto.gov.br> acesso em novembro de 2012.

CALCAÑO, Luis. **La redefinición del Estado social: el caso de Venezuela in El Cambio Del Papel Del Estado en América Latina**. Siglo XXI Ediciones. Madrid, 1997

CERVO, Amado. **Relações Internacionais da América Latina: Velhos e novos paradigmas**. IBRI. Brasília, 2001.

DOMINGUES, Reinaldo. **A Aspiração de Liderança Brasileira na América do Sul no Governo Lula**. Tese (Graduação). Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2010.

FARIA, Hugo. **Hugo Chávez Against the Backdrop of Venezuelan Economic and Political History**. The Independent Review, n.4, 2008.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela**. Contraponto. São Paulo, 2008

GIACALONE, Rita. **La política centroamericana de Venezuela – 1979 a 1987**. Grupo Editor Latinoamericano. Buenos Aires, 1988.

GUIMARÃES, S.; CARDIM, C. (Coord.). **Venezuela: Visões brasileiras**. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI. Brasília, 2004.

**Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas** <http://www.ipea.gov.br/portal/> Acesso em novembro de 2012.

KOZLOFF, Nikolas. **Hugo Chávez: Oil, Politics and the challenge to the U.S.** Palgrave Macmillan. New York, 2007.

LOPES, Rodrigo. **A política externa de Chávez e Lula na América do Sul: integração regional ou consolidação de liderança?** Artigo (Mestrado). Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. São Paulo, 2007.

MALDONADO, Raul. **Avance y vulnerabilidad de la integración económica de América Latina y el Caribe**. Série Comercio Internacional. División de Comercio Internacional e Integración. CEPAL. Santiago, 2003.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**. [www.itamaraty.gov.br](http://www.itamaraty.gov.br) Acesso em novembro de 2012.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**. **Visitas Internacionais e nacionais do Ministro Celso Amorin e visitas de Ministros de Negócios Estrangeiros ao Brasil**. Brasília, 2010

MOMMER, Veáanse. **La economía venezolana: de la siembra del petróleo a la enfermedad holandesa**. Publicado em Cuadernos del Gendes, 1988.

MORESCHI, Marcia. **A Cooperação Técnica do Brasil com os Países da Comunidade Andina**. Brasília, 2004.



PIETRI, Arturi. **"Sembrar el petróleo"**. Publicado no jornal *Ahora*, 1936.

SEVERO, Luciano. **O Sistema de Pagamentos em Moeda Local (SML) e suas potencialidades para o Mercosul**. Boletim de Economia e Política Internacional, IPEA. Brasília, 2010.

UCHOA, Pablo. **Venezuela: A encruzilhada de Hugo Chávez**. Globo. São Paulo, 2003.

URRUTIA, Edmundo. **As relações do Brasil com a Venezuela: da desconfiança à aliança estratégica in Brasil e América do Sul: Olhares cruzados**. IDRC. Brasília, 2001.

VASCONCELLOS, Vinícius. **O governo Hugo Chávez e a política externa venezuelana no continente Americano**. Tese (Graduação.) UFRGS. Porto Alegre, 2009.

VELLINGA, Menno. **El Cambio Del Papel Del Estado en América Latina**. Siglo XXI Ediciones. Madrid, 1997.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G.. **A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, vol. 29, n. 2, p. 273-335, 2007.

VILLA, R.; URQUIDI, V.. **Venezuela e Bolívia: legitimidade, petróleo e neopopulismo**. Política Externa, v. 14, n. 4. São Paulo, 2006.

VIZENTINI, Paulo. **A Política Externa da Venezuela in Venezuela, Visões Brasileiras**. Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais – IPRI. Rio de Janeiro, 2003

## ANEXO

<b>Título do Ato Internacional</b>	<b>Celebração</b>	<b>Entrada em Vigor</b>	<b>Situação</b>
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Execução de um Sistema Nacional de Produção de Sementes de Alto Valor Estratégico	06/08/2010	25/11/2010	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de um Centro Nacional de Monitoramento com Fins Agrícolas	06/08/2010	25/11/2010	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação de Planos de Erradicação da Febre Aftosa	06/08/2010	25/11/2010	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de um Distrito Polo de Desenvolvimento no Sul do Estado Bolívar, Município Gran Sabana de Venezuela	06/08/2010	25/11/2010	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Criação de Quatro Centros Técnicos Produtivos Florentinos nos Estados Bolívar, Delta Amacuro, Anzoátegui e Monagas, na Venezuela	06/08/2010	25/11/2010	Vigente
Primeiro Plano de Ação Social entre Brasil – Venezuela	06/08/2010	06/08/2010	Vigente
Ata de Compromisso entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Financiamento do Projeto de Saneamento e Desenvolvimento Integral da Bacia do Rio Tuy	06/08/2010	06/08/2010	Vigente
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço	06/08/2010		Em Tramitação
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo do Brasil e o Governo da Venezuela para Implementação do Projeto "Cooperação Técnica entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e o Instituto Nacional de Estatística da Venezuela"	06/08/2010	25/11/2010	Vigente
Acordo sobre projeto de cooperação técnica para o fortalecimento agrícola na república bolivariana da venezuela assinada	28/04/2010	28/04/2010	Vigente
Memorando de Entendimento entre a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Mulher e a Igualdade de Gênero da Venezuela para a Criação de "Centros Binacionais de Assistência às Mulheres Migrantes na Fronteira Brasil-Venezuela"	28/04/2010	28/04/2010	Vigente
Carta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Desenvolvimento de Orquestras Infantis e Juvenis na República Federativa do Brasil	28/04/2010	28/04/2010	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Energia Elétrica	28/04/2010	28/04/2010	Vigente
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas	28/04/2010		Em Tramitação
Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o governo da República Bolivariana da Venezuela relativo aos procedimentos para autorização de sobrevoos em área de fronteira	28/04/2010	28/04/2010	Vigente
Ajuste complementar ao convênio básico de cooperação técnica entre o governo da república federativa do brasil e o governo da república bolivariana da venezuela para implementação do projeto "Apoio ao Plano de Desenvolvimento sustentável para favelas de Caracas"	28/04/2010	01/12/2010	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre a Criação de Grupo de Trabalho para a Negociação de Acordo Relativo ao Estabelecimento de Regime Especial Fronteiriço	28/04/2010	28/04/2010	Vigente
Programa de Cooperação na Área de Turismo entre o Ministério do Turismo da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para o Turismo da República Bolivariana da Venezuela	28/04/2010	28/04/2010	Vigente
Tratado constitutivo da UNASUL e estatuto do COSECCTI assinado na I reunião ministerial 14/04/2010 e aprovado pelos chefes de estado da UNASUL em 4/05/2010	14/04/2010	04/05/2010	Vigente
Carta de intenções entre a Suframa e o Ministério do poder popular para a ciencia, tecnologia e industrias intermediárias - MPPCTII	30/10/2009	30/10/2009	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Comunicações do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Ciência, Tecnologia e Indústrias Intermediárias da República Bolivariana da Venezuela para a Implementação da Radiodifusão de Televisão Digital Terrestre na Venezuela	30/10/2009	30/10/2009	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Estabelecimento de um Regime de Depósitos Francos	30/10/2009	30/10/2009	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para a Cooperação no Setor Alimentar e nos Setores de Investimento e Comercialização de Alimentos	30/10/2009	30/10/2009	Vigente
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela sobre Cooperação Esportiva	27/10/2009	19/10/2010	Vigente
Carta de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para o Financiamento de Projetos Binacionais Venezuelano-Brasileiros	26/05/2009	26/05/2009	Vigente
Mercosul e Programa de Liberalização Comercial – Programa de Liberación Comercial entre la República Federativa del Brasil y la República Bolivariana de Venezuela.	26/05/2009		Não Vigente

## Continuação

Programa de Trabalho entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Assistência Técnica na Área de Agricultura Familiar	26/05/2009	26/05/2009	Vigente
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela em Matéria de Moradia e Habitação	26/05/2009		Em Tramitação
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica nas Áreas Agrícola e Industrial	16/01/2009	06/04/2009	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica no Setor Elétrico	16/01/2009	25/05/2009	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação de um Programa de Produção de Soja.	30/09/2008	30/09/2009	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela para Implementação de um Programa de Agricultura Familiar	30/09/2008	30/01/2009	Vigente
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Bolivariana da Venezuela	30/09/2008		Em Tramitação
Acordo quadro de cooperação em ciência e tecnologia espacial 27/06/2008	27/06/2008	27/06/2008	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Brasil e a Venezuela para o Desenvolvimento de um Centro Binacional em Santa Elena de Uairén	27/06/2008	27/06/2008	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Economia Comunal da República Bolivariana da Venezuela	27/06/2008	27/06/2008	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério do Poder Popular para a Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela para a Interconexão Elétrica	27/06/2008	27/06/2008	Vigente
Memorando de Entendimento no Marco do Convênio Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e a Venezuela em Matéria Siderúrgica	27/06/2008	27/06/2008	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Brasil a Venezuela sobre Cooperação Ambiental	27/06/2008	24/12/2008	Vigente
Acordo entre o Brasil e a Venezuela Relativo aos Procedimentos para Autorização de Sobrevôos sem Área de Fronteira	27/06/2008	27/06/2008	Vigente
Acordo entre o Brasil e a Venezuela sobre Transferência de Pessoas Condenadas	27/06/2008		Em Tramitação
Memorando de Entendimento em Matéria de Segurança e Soberania Alimentares entre o Brasil e a Venezuela	26/03/2008		Em Tramitação
Memorando de Entendimento em Matéria de Sistema de Reserva de Alimentos entre o Brasil e a Venezuela	26/03/2008	26/03/2008	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Ministério do Poder Popular para Educação Superior da Venezuela e a Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior do Brasil (CAPES)	26/03/2008	26/03/2008	Vigente
Memorando de Entendimento entre o Ministério da Educação do Brasil e o Ministério do Poder Popular para Educação Superior da Venezuela	26/03/2008	26/03/2008	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto "Desenvolvimento de Tecnologias Alternativas para o Processamento de Cítricos em Pequena Escala"	13/12/2007	13/12/2007	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Vigilância e Controle dos Resíduos e Contaminantes nos Alimentos da Venezuela"	13/12/2007	13/12/2007	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto "Capacitação dos Recursos Humanos do Serviço Autônomo da Controladoria Sanitária da República Bolivariana da Venezuela em Vigilância e Controle dos Produtos de uso e Consumo Humano"	13/12/2007	13/12/2007	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto "Produção de Mudanças e Beneficiamento Ecológico do Café"	13/12/2007	13/12/2007	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto "Apoio Técnico para Implantação e Implementação de Bancos de Leite Humano na Venezuela"	13/12/2007	13/12/2007	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto "Produção de Mandioca nos Estados de Anzoátegui e de Monagas"	13/12/2007	13/12/2007	Vigente
Ajuste Complementar ao Convênio Básico de Cooperação Técnica, para Implementação do Projeto "Desenvolvimento Institucional do Instituto de Altos Estudos em Saúde Doutor Arnoldo Gabaldon"	13/12/2007	13/12/2007	Vigente
Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Industrial	13/12/2007	13/12/2007	Vigente
Memorando de Entendimento na Área da Infra-Estrutura	23/04/2007		Vigente

## Continuação

Declaração do Rio de Janeiro - Grande Gasoduto do Sul	18/01/2007	18/01/2007	Vigente
Acordo de Cooperação Mútua para Combater o Tráfego de Aeronaves Envolvidas com Atividades Ilícitas Transnacionais	30/12/2005		Em Tramitação
Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da República Bolivariana da Venezuela para a interconexão elétrica	09/12/2005		Não Vigente
Memorando entre embrapa e INIA	31/05/2005		Vigente
Memorando de Entendimento entre a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República Federativa do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da República Bolivariana da Venezuela	14/02/2005	14/02/2005	Vigente
Protocolo de Intenções entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil e o Ministério de Agricultura e Terras da Venezuela sobre Cooperação na Áreas de Agricultura Familiar e Reforma Agrária	14/02/2005	14/02/2005	Vigente
Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Indústria do Etanol Combustível entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela	14/02/2005	14/02/2005	Não Vigente
Memorando de Entendimento para Cooperação na Área da Indústria do Biodiesel entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela	14/02/2005	14/02/2005	Não Vigente
Memorando de Entendimento entre o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Ministério de Energia e Petróleo da Venezuela sobre Construção de Plataformas e Navios.	14/02/2005	14/02/2005	Vigente
Memorando de Entendimento no Campo da Cooperação Científica e Tecnológica	14/02/2005		Vigente
Acordo de Cooperação em Matéria de Comunicações entre o Brasil e a Venezuela	14/02/2005		Em Tramitação
Convenção entre o Brasil e a Venezuela para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	14/02/2005	19/08/2010	Em Tramitação
Comunicado Conjunto - Aliança Estratégica Brasil-Venezuela	14/02/2005	14/02/2005	Vigente

LEGENDAS	
Agricultura	
Infraestrutura	
Desenvolvimento Social	
Ciência e Tecnologia	
Energia	
Saúde	
Assuntos Diversos	
Comércio	
Fronteiras	
Tratados Maiores	
Educação	